



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

## EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90020/2026  
UASG: 070013Data de Abertura: 02/06/2026, às 9h (horário de Brasília) no  
sítio: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)

## Objeto

Contratação de empresa para prestação de serviços elétricos, mediante alocação e gestão de postos de trabalho para funções de eletricitista e supervisor, com fornecimento de material de consumo para manutenção corretiva dos circuitos de tomadas elétricas e iluminação, incluindo a instalação de rabichos e extensões nos locais de votação e apuração das Zonas Eleitorais da capital do estado da Bahia e Zonas de Feira de Santana, visando à realização das Eleições de 2026.

## Valor total estimado da contratação

R\$ 349.674,18 (trezentos e quarenta e nove mil, seiscentos e setenta e quatro reais e dezoito centavos).

Registro de  
Preços?

NÃO

## Vistoria Prévia

NÃO

## Modo de Disputa

ABERTO E FECHADO

## Critério de Julgamento/Adjudicação

MENOR PREÇO POR ITEM

## DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (VIDE SEÇÃO XI DO EDITAL)

## Requisitos Básicos:

- Sicaf ou documentos equivalentes de habilitação jurídica
- Certidões de Regularidade fiscal, social e trabalhista;
- Certidões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e TCU;
- Certidão do Portal da Transparência;
- Certidão Negativa de Falência.

## Requisitos Específicos:

- Qualificação Técnico-Operacional;
- Qualificação Técnico-Profissional

\* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na forma do instrumento convocatório e seus anexos.

Lic. Exclusiva  
ME/EPP?

ITEM 2

Reserva Cota  
ME/EPP?

NÃO

Tratamento Diferenciado  
para ME/EPP?

SIM

## Exige Amostra e/ou Prova?

NÃO

Instrumento  
Contratual?

SIM

## Prazo para envio da proposta/documentação

Até 02/06/2026, às 9h (data e horário da abertura da sessão pública)

## Pedidos de Esclarecimentos

Até 28/05/2026

## Impugnações

Até 28/05/2026

Impugnações e Esclarecimentos poderão ser enviados por e-mail [arrocha@tre-ba.jus.br](mailto:arrocha@tre-ba.jus.br), ou pelo Protocolo Digital (conforme orientações disponíveis em: <https://www.tre-ba.jus.br/institucional/portal-do-sei/portal-do-sei>), ou ainda, protocolados de forma presencial no Tribunal, de segunda a sexta-feira, das 08h às 13h.

## Observações:

Acompanhe as licitações do TRE-BA pelo endereço [www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br), selecionando as opções Contratações > Filtros > Modalidade da contratação > Pregão Eletrônico/Concorrência Eletrônica> Unidade compradora> 070013. O Edital e seus anexos também estão disponíveis para *download* no sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) e no endereço [www.tre-ba.jus.br](http://www.tre-ba.jus.br), opção Transparência e prestação de contas - [Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação](#).

RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA: SEMAI

**PREÂMBULO**

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - TRE-BA, por meio de seu Pregoeiro/de sua Pregoeira, designado ou designada pela [Portaria nº 311, de 25 de março de 2026](#), torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para a contratação de empresa para prestação de serviços elétricos, mediante alocação e gestão de postos de trabalho para funções de eletricitista e supervisor, com fornecimento de material de consumo para manutenção corretiva dos circuitos de tomadas elétricas e iluminação, incluindo a instalação de rabichos e extensões nos locais de votação e apuração das Zonas Eleitorais da capital do estado da Bahia e Zonas de Feira de Santana, visando à realização das Eleições de 2026.

Esta licitação, autorizada no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), processo n.º 0004545-20.2026.6.05.8000, será regida pela Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto nº 8.538/2015, pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018, demais legislação aplicável e, ainda, pelas condições constantes neste Edital.

**SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO**

**Dia:** 02.06.2026

**Hora:** 9h (horário de Brasília/DF)

**Pregoeiro:** Arthur Ribeiro Rocha

**E-mail:** arrocha@tre-ba.jus.br. **Telefone:** (71) 3373-7081

**Processo SEI n.º:** 0004545-20.2026.6.05.8000

**Endereço Eletrônico:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (Portal de Compras do Governo Federal)

**Código UASG:** 70013

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO/ADJUDICAÇÃO:** menor preço por item.

**MODO DE DISPUTA:** aberto e fechado.

**EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO PARA ME/EPP:** item 2.

**OBSERVAÇÃO:** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data previamente fixada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de prévia comunicação pelo Pregoeiro/pela Pregoeira.

**NOTA IMPORTANTE.** As licitantes deverão prestar especial atenção às disposições constantes da **Seção XVI**, deste Edital, que tratam das penalidades a serem aplicadas às licitantes que cometerem atos ilícitos na Licitação ou durante a execução do Contrato. Conforme Acórdão 754/2015, do Tribunal de Contas da União, o gestor público poderá ser responsabilizado, penal e administrativamente, pela omissão na aplicação de sanções às licitantes que pratiquem atos ilícitos na licitação ou na execução do contrato, tais como não manter a proposta, não encaminhar documento de habilitação ou encaminhar documentação falsa etc.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 349.674,18** (trezentos e quarenta e nove mil, seiscentos e setenta e quatro reais e dezoito centavos), conforme orçamento estimativo e valor(es) máximo(s) admitido(s) para contratação, constante(s) do Anexo II deste Edital.

A despesa correrá à conta de recursos consignados ao TRE-BA no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: 02.061.0033.4269.0001 - "Pleitos Eleitorais Nacional" e Plano Orçamentário 000 - "Pleitos Eleitorais - Despesas Diversas". Natureza da Despesa: 33.90.37.04 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

**SEÇÃO I - DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1.1.** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços elétricos, mediante alocação e gestão de postos de trabalho para funções de eletricitista e supervisor, com fornecimento de material de consumo para manutenção corretiva dos circuitos de tomadas elétricas e iluminação, incluindo a instalação de rabichos e extensões nos locais de votação e apuração das Zonas Eleitorais da capital do estado da Bahia e Zonas de Feira de Santana, visando à realização das Eleições de 2026, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital - Termo de Referência.

**1.2.** Havendo divergência entre as descrições do CATSER/CATMAT e as constantes neste Edital (Anexo I), prevalecerão as últimas.

**SEÇÃO II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** A sessão deste pregão será pública e realizada em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

**2.2.** Poderão participar deste pregão eletrônico as **licitantes** que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

**2.3.** Para participar do pregão eletrônico, a **licitante** deverá manifestar o pleno conhecimento e o atendimento às exigências do presente Edital, na forma prevista na **condição 4.3 deste Instrumento Convocatório**.

**2.4.** Não poderão participar desta licitação:

**a)** empresário e sociedade empresária ou simples, na seguinte situação:

- a.1) suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o TRE-BA, durante o prazo da sanção aplicada;
- a.2) declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- a.3) impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- a.4) proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
- a.5) proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- b) direta ou indiretamente, agente público do órgão licitante ou, na fase de execução do contrato, agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;
  - b.1) as vedações de que tratam a alínea “b” acima estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- g) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- h) os demais interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- i) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscips;
- k) **exceto para o item 1**, empresário e sociedade empresária ou simples que não se enquadrem na condição de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

**2.4.1.** O impedimento de licitar em decorrência de sanção que foi imposta à pessoa jurídica será também aplicado à licitante que atue em substituição à empresa apenada, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.5.** Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

- a) estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.

### SEÇÃO III - DO CREDENCIAMENTO

**3.1.** A **licitante** deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), observado o seguinte:

- a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
- c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**3.2.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da **licitante**, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.3.** A **licitante** responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

### SEÇÃO IV - DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

**4.1.** A **licitante** deverá cadastrar sua proposta eletrônica exclusivamente por meio do preenchimento do(s) campo(s) próprio(s) do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.1.1.** A etapa de que trata a condição acima será encerrada automaticamente com a abertura da sessão pública.

**4.1.2.** As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.1.3.** Não será permitida proposta com quantidade inferior à prevista no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

**4.2.** A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **O VALOR TOTAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA CADA ITEM**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

**4.3** No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, **assinalando campo próprio do sistema**, que:

- a) está ciente do inteiro teor do ato convocatório e dos seus Anexos e atende aos requisitos de habilitação neles estabelecido, concordando com suas condições, e que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;
- b) não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99);
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas na Lei nº 8.213/1991 e em outras normas específicas, quando cabíveis, conforme inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021;
- e) cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, quando cabível.

**4.3.1. Para usufruir do tratamento favorecido** estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da referida Lei Complementar, bem como de que não possui, no ano-calendário da realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

**4.3.1.1.** Em relação à declaração prevista na condição acima, segundo funcionalidade do Sistema de Compras do Governo Federal, temos que:

- a) se houver item(ns) exclusivo(s) para participação de **ME/EPP**, a assinalação do campo “não” impedirá a participação no certame, para aquele item;
- b) se houver item(ins) em que a participação não seja exclusiva para **ME/EPP**, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

**4.3.1.2.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme § 4º do art. 3º da referida lei, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

**4.3.2.** A falsidade da declaração relativa ao cumprimento dos requisitos do instrumento convocatório, à conformidade da proposta, bem como ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021 e neste Edital.

**4.4.** Nessa etapa não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de lances.

**4.4.1. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema**, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta, observando as seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo e o intervalo de que trata alínea acima;
- c) o valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema;

**4.4.1.1.** O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o órgão licitante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.5.** As propostas terão **validade de 60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

**4.6.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, a licitante fica liberada dos compromissos

assumidos.

**4.7.** A celebração do ajuste depois de vencido o prazo estabelecido na **condição 4.5** importa em prorrogação da validade da proposta.

## **SEÇÃO V - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**5.1.** No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta **automaticamente** pelo sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (Portal de Compras do Governo Federal).

**5.2.** A comunicação entre o **Pregoeiro/a Pregoeira** e as **licitantes** ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico, vedada outra forma de comunicação.

**5.3.** A **licitante** deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## **SEÇÃO VI - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**6.1.** Somente na fase de envio de lances haverá ordem de classificação das propostas.

**6.2.** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, de que trata a Seção X deste Edital, em relação à proposta mais bem classificada. Somente como **medida excepcional** poderá a proposta ser excluída na fase de disputa, conforme previsão constante das **condições 7.4 e 7.4.1** deste Edital.

**6.3.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

## **SEÇÃO VII - DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

**7.2.** Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

- a)** as **licitantes** poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;
- b)** a **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, **observada a diferença mínima de R\$ 0,02 (dois centavos) entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- c)** Observada a **alínea “b” acima**, a licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, nos termos da **condição 10.4 deste Edital**.

**7.3.** Durante a sessão pública do pregão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

**7.4** Nesta fase de disputa, o **Pregoeiro/ a Pregoeira** poderá, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

**7.4.1. A eventual exclusão de proposta da licitante, de que trata a condição acima, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.**

**7.5.** Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.6.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (Portal de Compras do Governo Federal).

## **SUBSEÇÃO I - MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO**

**7.7.** Será adotado para envio de lances, nesta licitação, o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com possibilidade de lance final e fechado.

**7.8.** A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, sem prorrogação. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

**7.9.** Encerrado o prazo aleatório acima previsto, o sistema selecionará:

- a)** O autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela, para que possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo, podendo optar em manter seu último lance da etapa aberta.
- b)** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, podendo optar por manter seu último lance da etapa aberta.

**7.10** Encerrados os prazos estabelecidos nas **alíneas acima**, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de valores.

**7.11.** Não havendo licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências do edital, o Pregoeiro/a Pregoeira reiniciará a etapa fechada para as licitantes que ainda não foram convocadas, seguindo o disposto na **alínea “b” da condição 7.9 deste Edital**.



**7.11.1.** Na hipótese da **condição 7.11 acima**, o pregoeiro/ a pregoeira deverá avisar as licitantes, via *chat* e no campo aviso do sistema, **com antecedência mínima de 24 horas**, o reinício da etapa fechada.

## SEÇÃO VIII - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

**8.1.** Finalizada a etapa competitiva, ocorrendo a hipótese do empate ficto prevista nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e na **condição 8.5 deste Edital** (em relação ao(s) item(ns) não exclusivo(s) para ME/EPP), será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, caso faça jus à obtenção desse benefício nos termos do § 2º do art. 4º da Lei 14.133/2021, e tenha assinalado o campo “sim” da declaração prevista na **condição 4.3.1 deste Edital**.

**8.2.** Havendo empate e não sendo a hipótese de preferência para ME/EPP, será utilizado o critério de desempate previsto no inciso I do art. 60 da Lei 14.133/2021 (**disputa final**), no qual as licitantes empatadas poderão apresentar um novo lance fechado, em até 5 (cinco) minutos.

**8.3.** Após a disputa final descrita acima, persistindo o empate, serão utilizados, **na ordem em que se encontram enumerados** os critérios previstos nos demais incisos e no § 1º do art. 60, da Lei 14.133/2021, adotando-se, até que haja regulamentação específica e/ou Ato da Secretaria de Gestão do MGI, os procedimentos parametrizados de desempate, realizados de forma automática no sistema Compras.gov.br, que atualmente são os abaixo apontados, na seguinte ordem:

- a) desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430/2023, alertando-se para veracidade da informação, que **deverá ser comprovada, no caso de efetivado desempate com base nesse critério, sob pena de sofrer as penalidades previstas neste Edital**;
- b) desenvolvimento de programa de integridade, desde que a licitante tenha selecionado o campo de declaração respectiva no momento de cadastro de sua proposta. e que atenda aos requisitos do Decreto nº 12.304/2024, alertando-se para veracidade da informação, que **deverá ser comprovada, no caso de efetivado desempate com base nesse critério, sob pena de sofrer as penalidades previstas neste Edital**;
- c) preferência prevista no inciso I do § 1º do art. 60 da Lei 14.133/2021 (**não se aplica a este órgão, uma vez que integra a esfera federal, conforme adaptação do sistema ocorrida em 10 de julho de 2025, noticiada no Comunicado nº 28/25 da SEGES/MGI**);
- d) sorteio pelo sistema eletrônico da proposta vencedora, a ser realizado em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, conforme § 2º do art. 28 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

**8.4.** Os critérios de desempate previstos nas **condições 8.1 a 8.3 acima** também serão aplicados caso as propostas iniciais estejam empatadas e não haja envio de lances na fase competitiva.

## SUBSEÇÃO I - DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

**8.5.** Quando houver, nesta licitação, participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empatada a proposta dessas empresas que for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Nesse caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

- a) classificação das propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista na **condição 8.5**. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta na forma da **alínea “b”** abaixo;
- b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma na **condição 8.5, “a”**, para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;
- c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da **condição 8.5, “b”**, ou não ocorrendo a regularização fiscal e trabalhista conforme o disposto na **condição 11.13**, ou, ainda, não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma da **condição 8.5, “a”**, para o exercício do mesmo direito.

**8.6.** Caso não ocorra a contratação ou a situação prevista na **condição 8.5 e suas alíneas**, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

## SEÇÃO IX - DA NEGOCIAÇÃO

**9.1.** Na fase de julgamento, após definida a classificação das propostas, o **Pregoeiro/ a Pregoeira** poderá **negociar** condições mais vantajosas e encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**9.2** Caso a proposta de preço mais bem classificada esteja acima do valor estimado para a contratação, o **Pregoeiro/ a Pregoeira** deverá negociar com a **licitante**, com vista à obtenção de menor preço, observada a **condição 10.5 deste Edital**.

**9.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

## SEÇÃO X - DA FASE DE JULGAMENTO: ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA E DA ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

**10.1.** Encerrada a etapa competitiva, o **Pregoeiro/ a Pregoeira** realizará a verificação da conformidade da proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e, observadas as **condições 10.4 a 10.4.2**, à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, constantes, respectivamente, do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital e do Anexo II (**Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação**).

**10.2.** A **licitante** terá o **prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período**, contado da solicitação do **Pregoeiro/da Pregoeira** no sistema, para envio da **proposta-padrão, conforme Anexo III deste Edital**, adequada ao último lance **ofertado após a**

**negociação prevista na Seção IX deste Edital.** A prorrogação do referido prazo poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação do **licitante**, mediante justificativa aceita pelo **Pregoeiro/pela Pregoeira**; ou
- b) de ofício, a critério do **Pregoeiro/da Pregoeira**, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade de que trata a **condição 10.1** do Edital.

**10.2.1.** Caso seja necessário o envio de documentos complementares, a licitante deverá fazê-lo no prazo referido na **condição 10.2**.

**10.2.2. O não envio da proposta e de documentos complementares, na forma das condições 10.2 e 10.2.1 acima, somente ensejará a desclassificação da licitante caso impossibilite a verificação da conformidade da proposta com o Edital e/ou a análise de aceitabilidade dos preços unitários.**

**10.3.** Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços inexequíveis.

**10.3.1. O(s) valor(es) máximo(s) unitário(s) admitido(s) para a contratação está(ão) estabelecido(s) na(s) planilha(s) constante(s) no Anexo II deste Edital.**

**10.3.2.** Erros no preenchimento da **proposta-padrão** não configuram motivo suficiente para sua recusa, podendo ser ajustada sem a majoração do preço final ofertado e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

**10.3.3.** Também não será desclassificada a proposta quando o preço global for aceitável, mas o valor unitário necessitar ser ajustado ao valor estimado pela Administração.

**10.4.** Constitui indício de inexequibilidade da proposta valor inferior a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração.

**10.4.1.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverá ser efetuada diligência, conforme § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, observadas as **condições 11.2.3 e 11.2.3.1** deste Edital.

**10.4.2.** A inexequibilidade só será considerada se, após diligência do Pregoeiro/da Pregoeira, restar comprovado que o custo da licitante é superior ao valor de sua proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**10.5.** Se o preço constante da proposta mais bem classificada for superior ao preço estimado para a contratação, e caso a **licitante**, após negociação, não aceite baixar o seu preço, será este considerado excessivo e a proposta desclassificada.

## **SEÇÃO XI - DA HABILITAÇÃO E DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO**

**11.1.** Após a fase de julgamento de que trata a **Seção X deste Edital**, o Pregoeiro/a Pregoeira passará ao exame dos documentos de habilitação, conforme disposições abaixo:

**11.1.1.** Será verificado, para efeito de habilitação, se a **licitante** declarou, por meio de assinalação de campo próprio do sistema, que:

- a) atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (**art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021**);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando cabível (**art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021**);
- c) a proposta econômica compreende a integralidade dos custos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, sob pena de desclassificação (**§ 1º do art. 63 da Lei 14.133/2021**);
- d) não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99), conforme **inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021**.

**11.1.2. Para habilitação jurídica:**

- a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**11.1.3. Para regularidade fiscal:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751/2014;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente.

**11.1.4. Para regularidade trabalhista:**

- a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**11.1.5. Para qualificação econômico-financeira:**

- a) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante**.

#### 11.1.6. Para qualificação técnica:

- a) comprovante fornecido pela licitante de que possui, em seu quadro permanente de pessoal, na data da licitação, profissional de nível superior com formação em engenharia elétrica, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, por execução de serviços de instalações elétricas, **ou declaração de contratação futura**, na forma abaixo:
  - a.1) a comprovação do vínculo profissional com a empresa licitante, poderá ser demonstrada por meio de carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços ou contrato social, ou ainda pela certidão de registro da licitante na entidade profissional competente, desde que nessa certidão conste o nome do profissional, ou ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de sua anuência.
- b) apresentação de comprovante de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região a que estiver vinculada a licitante.
  - b.1) caso a licitante vencedora seja registrada em outra circunscrição e não apresente a certidão de registro do CREA da Bahia, deverá entregar, **antes do início do serviço**, certidão visada pelo CREA da Bahia, de acordo com o artigo 14 da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do CONFEA.

**11.1.6.1.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

**11.1.6.2.** As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

**11.2.** As **licitantes** poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**, devendo manter atualizadas as comprovações nela constantes, a fim de que estejam vigentes na data de abertura da sessão pública, ou poderão encaminhar a respectiva documentação atualizada por meio do sistema, consoante disciplinado nas **condições 11.2.1 a 11.3 abaixo**.

**11.2.1** Os documentos de habilitação da **licitante** detentora da melhor oferta **não constantes do SICAF** deverão ser apresentados em formato digital, por meio da opção "enviar anexo" do Sistema, no prazo de **2 (duas) horas, prorrogável por igual período**, contado da solicitação do **Pregoeiro/da Pregoeira** no sistema eletrônico. A prorrogação do referido prazo poderá ocorrer nas situações elencadas na **condição 10.2** deste Edital.

**11.2.2** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (conforme art. 64 da Lei 14.133/2021), para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**11.2.2.1.** A vedação à inclusão de novo documento, prevista na **condição 11.2.2 acima**, não alcança documento que atesta **condição preexistente à abertura da sessão pública do certame**, que não foi encaminhado com os demais comprovantes de habilitação, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro/pela Pregoeira, conforme **Acórdão 1211/2021-Plenário-TCU**.

**11.2.3.** O **Pregoeiro/A Pregoeira** poderá, no julgamento das propostas ou na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, de acordo com o art. 43 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

**11.2.3.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, essa somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**11.2.4.** A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar o encaminhamento da documentação original de habilitação, a qual deverá ser remetida para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, situado na Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, CAB, Salvador/BA, CEP 41.745-901.

**11.3.** Sob pena de inabilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica e à regularidade fiscal deverão estar em nome da licitante com o número do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

**11.4.** No caso das alíneas da **condição 11.3**, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

**11.5.** Caso a **licitante** pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também a sua regularidade fiscal e trabalhista, observando-se o disposto na **condição 11.4**.

**11.6.** Para fins de habilitação, o **Pregoeiro/a Pregoeira** poderá realizar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constituindo meio legal de prova, conforme § 6º do art. 39 da IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**11.7.** As regularidades fiscal e trabalhista poderão ser comprovadas pela apresentação de certidão positiva com efeito de negativa.

**11.8.** Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data da sessão deste certame.

**11.9.** O **Pregoeiro/A Pregoeira** efetuará, ainda, para efeitos de habilitação, consulta ao:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no endereço eletrônico [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- b) Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, no seguinte endereço eletrônico, mantido pela Controladoria-Geral da União, <https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;
- c) Sistema Inabilitado e Inidôneo, mantido pelo Tribunal de Contas da União, [https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:10006425041264:::P3\\_TIPO\\_RELACAO:INIDONEO](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:10006425041264:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO);



**d) SICAF**, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda as disposições previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021.

**11.9.1.** As consultas previstas nesta condição realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

**11.9.2.** As consultas previstas nas alíneas “a” a “c” realizadas em nome da pessoa jurídica poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantida pelo TCU, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

**11.9.3.** Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro/a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

**11.9.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**11.9.3.2.** A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º), **sendo necessária a análise jurídica prévia**, conforme art. 160 da Lei 14.133/2021.

**11.10.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

**11.11.** Serão declaradas inabilitadas as licitantes cujos documentos não atendam aos requisitos aqui estabelecidos, observando-se os benefícios elencados neste Edital para as ME/EPP.

#### **SUBSEÇÃO I - DA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**11.12.** Para a habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, é obrigatória a apresentação de toda a documentação elencada na SEÇÃO XI, deste Edital, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista, ainda que haja alguma restrição.

**11.13.** Caso haja alguma **restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação. A prorrogação do referido prazo poderá ser concedida, por igual período, a critério da Administração, **quando requerida pela licitante mediante apresentação de justificativa.**

**11.13.1.** A concessão do prazo acima fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que tenham assinalado o campo “sim” da declaração prevista na **condição 4.3.1 deste Edital.**

**11.14.** O prazo acima indicado terá como termo inicial a data da divulgação do resultado da fase de habilitação, sendo de exclusiva responsabilidade da **licitante** o respectivo acompanhamento.

**11.14.1.** A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal de que trata a **condição 11.13 acima**, conforme § 4º do art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.

**11.15.** A não regularização da documentação, no prazo previsto na condição 11.13, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na forma do art. 4.º, § 5º, do Decreto nº 8.538/2015.

#### **SUBSEÇÃO II - DA CONSULTA AO CADIN**

**11.16.** Conhecida a licitante vencedora e antes do encerramento da sessão pública, o pregoeiro/a pregoeira realizará consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin, haja vista que, consoante disposto no art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, a existência de registro no referido cadastro constitui fator impeditivo para que a Administração Pública Federal celebre contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos.

**11.17.** Constatada a existência de registro, o pregoeiro/a pregoeira alertará a licitante vencedora para que providencie a devida regularização até que seja convocada para a assinatura do contrato, sob pena de, em caso de não regularização, o ajuste não ser celebrado.

#### **SEÇÃO XII - DOS RECURSOS**

**12.1.** Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá apresentar *intenção de recurso*, de forma imediata e no prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

**12.2.** As **razões do recurso** deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**12.2.1.** O prazo para apresentação de contrarrazões será, igualmente, de **3 (três) dias úteis** e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**12.2.2.** A apreciação do recurso pelo **Pregoeiro/pela Pregoeira** dar-se-á em fase única.

**12.3.** Será assegurado às **licitantes** vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, conforme §5º do art. 165 da Lei 14.133/2021.

**12.4.** O **Pregoeiro/A Pregoeira** receberá, examinará e instruirá os recursos interpostos de suas decisões, podendo, na oportunidade, reconsiderá-las.

**12.5.** Mantida a decisão pelo **Pregoeiro/pela Pregoeira** o recurso será apreciado pela autoridade competente.

**12.6.** O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### **SEÇÃO XIII - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**13.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será e encaminhado à autoridade superior, para fins do disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.1.1.** Constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia poderá adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, determinando a consequente contratação.

## SEÇÃO XIV - DO CONTRATO

**14.1.** Após a adjudicação e a homologação, **será firmado contrato** com a **licitante vencedora**, nos termos da minuta constante do **Anexo IV**, com cláusulas regidas pela Lei nº 14.133/2021, integrando-o, ainda, os dados constantes da proposta vencedora, bem como as condições estatuídas neste ato convocatório.

**14.2.** O prazo de vigência da contratação está previsto no instrumento contratual e Projeto Básico.

**14.3.** A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de **05 dias úteis**, contados da respectiva convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis; prazo esse que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal.

**14.3.1** A convocação para assinatura do contrato será precedida de consulta ao **Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin** e da verificação da manutenção de todas as condições exigidas na habilitação.

**14.3.1.1.** A existência de registro no Cadin constitui **fator impeditivo para a celebração do contrato**, conforme art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002 (incluído pela Lei nº 14.973/2024), devendo a Adjudicatária regularizar sua situação dentro do **prazo da condição 14.3 acima**, sob pena de decair o direito à contratação.

**14.3.2.** O contrato deverá ser assinado, preferencialmente, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE-BA, com uso de login e senha, mediante **prévio credenciamento** do representante legal da empresa ou procurador devidamente autorizado, por meio do link <https://www.tre-ba.jus.br/institucional/portal-do-sei/portal-do-sei>, no qual consta o Guia de Usuário Externo, respeitado o prazo previsto na **condição 14.3**.

**14.3.2.1.** Concluído o credenciamento pelo fornecedor diretamente no Portal do SEI do TRE-BA, este receberá mensagem de confirmação automática do sistema, com os procedimentos adicionais para finalização do cadastro e envio da seguinte documentação à Seção de Protocolo e Expedição - SEPEX, por intermédio do e-mail [protocolo@tre-ba.jus.br](mailto:protocolo@tre-ba.jus.br), com cópia para a Seção de Contratos, [secont@tre-ba.jus.br](mailto:secont@tre-ba.jus.br), cabendo ao remetente confirmar o recebimento junto aos destinatários, e indicar, no campo "assunto da mensagem", que se trata de "cadastro de usuário externo para assinatura de contratos e instrumentos congêneres:

- a) termo de Declaração de Concordância e Veracidade, disponível no Portal SEI do TRE-BA. No item 1.3. do termo (motivo do cadastramento), assinalar a opção "Assinatura de termos, acordos e contratos com o TRE-BA - N.º do processo SEI (se houver) e indicar o número do SEI n.º 0004545-20.2026.6.05.8000 .
- b) documento de identificação oficial com foto;
- c) comprovante de inscrição em Cadastro de Pessoa Física CPF;
- d) comprovante de residência, emitido, no máximo, há 6 (seis) meses da data do cadastro.

**14.3.2.2.** Finalizado o cadastro, a requerente receberá um e-mail com aviso de liberação do seu acesso como usuária externa ao SEI do TRE-BA, e receberá o link para assinatura do contrato no referido sistema no prazo estabelecido na **condição 14.3**.

**14.3.2.3.** A Adjudicatária deverá, tão logo homologado o procedimento no sistema, adotar as providências previstas na **condição 14.3.2**.

**14.3.3.** Alternativamente, será permitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, ou por outro meio idôneo legalmente admitido, podendo o documento ser enviado por correio eletrônico ou mediante aviso de recebimento para o destinatário ou para a destinatária, que o assinará e o devolverá, pelo mesmo modo, ao TRE-BA, observado o prazo estabelecido na **condição 14.3**.

**14.4.** Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido na **condição 14.3**, será facultado à Administração, **através do Pregoeiro/da Pregoeira**, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para aceitar a contratação **nas condições propostas pela licitante vencedora**, observando-se o disposto no § 2º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

**14.4.1.** Considera-se proposta em iguais condições à da licitante vencedora aquela que adote o mesmo valor total a ela adjudicado, independentemente da composição de custos apresentada pela licitante remanescente.

**14.4.2.** Será concedido à licitante **o prazo de 2 (duas) horas**, contado a partir da data de convocação, para manifestação de interesse, que deverá ocorrer **mediante a apresentação da proposta, podendo o prazo ser prorrogado por igual período na forma das alíneas "a" e "b" da Condição 10.2 deste Edital**, prosseguindo-se no chamamento das demais classificadas, quando houver inobservância a esse lapso temporal ou quando a licitante manifestar **expressamente** no *chat* da sessão o seu desinteresse.

**14.4.3.** Para habilitação da licitante remanescente deverá ser observada a **Seção XI deste Edital**.

**14.4.4.** Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos da **condição 14.4 acima**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, conforme disposto no § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, **mesmo que acima do preço da adjudicatária;**
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**14.5.** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, conforme disposto no § 5º do art. 90 da Lei 14.133/2021.

**14.5.1.** A regra da condição **14.5 acima** não se aplicará às licitantes remanescentes convocadas na forma da **alínea "a" da condição 14.4.4**.

**14.6.** O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas.

**14.7.** Será facultada à Administração, em casos de rescisão contratual, quando já iniciada a execução do ajuste, a convocação dos demais licitantes classificados, para a contratação do remanescente de obra, do serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, notadamente no que diz respeito à verificação da ordem de classificação, apresentação de documentação (proposta e documentos de habilitação), valores e negociação.

## SEÇÃO XV - MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO CONTRATUAL

**15.1.** As definições de como será executado o objeto contratado e os requisitos da contratação, incluindo **forma, condições, local, prazos, entrega e recebimento, modelos de gestão contratual**, constam no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

## SEÇÃO XVI - DAS SANÇÕES PELA PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS NA LICITAÇÃO E PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

**16.1.** De acordo com o § 4º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ficará **IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, **PELO PRAZO MÁXIMO DE 3 (TRÊS) ANOS**, sem prejuízo de eventual multa prevista no edital, contrato ou termo de referência, a **licitante** ou **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave prevista na **condição 16.2 deste Edital**, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:
  - b.1)** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, na situação prevista na **condição 10.2.2 deste Edital**, ou seja, quando a ausência do documento ajustado impossibilitar a verificação da conformidade com o Edital e/ou a análise de aceitabilidade dos preços unitários;
  - b.2)** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;
  - b.3)** deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- f) dar causa à inexecução total do contrato.

**16.2.** De acordo com o § 5º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será **DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR E CONTRATAR** com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **PELO PRAZO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) ANOS E MÁXIMO DE 6 (SEIS) ANOS**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, bem como de eventual sanção de multa prevista no edital, contrato, termo de referência, a **licitante** ou **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**16.2.1.** Para os fins da **alínea “c”**, reputar-se-á como comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

**16.3.** De acordo com o § 2º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será aplicada a sanção de **ADVERTÊNCIA** exclusivamente aos casos de inexecução parcial, desde que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

**16.4.** Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, penalidade que poderá ser imputada cumulativamente às sanções estabelecidas nas **condições 16.1, 16.2 e 16.3 deste Edital**.

**16.5.** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, ressalvada a hipótese de convocação de licitante remanescente na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

**16.6.** Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido nos artigos. 156 a 163 da Lei 14.133/2021, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE-BA.

**16.7.** A Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE/BA.

**16.8.** O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

**16.9.** Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas **condições 16.7 e 16.8**, será a Licitante ou Contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, por meio de Guia de Recolhimento da União-GRU, no prazo de 30 dias, contados do recebimento da intimação.

**16.10.** As situações mencionadas nos incisos I a IV e IX do art. 137 da Lei 14.133/2021, podem ensejar, a critério da Administração, a extinção do contrato.

**16.11.** Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos nos arts. 166 e 167 da Lei 14.133/2021.

## **SEÇÃO XVII - DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

**17.1.** A liquidação da despesa e o pagamento serão efetuados na forma e prazo estabelecidos no Termo de Referência, Anexo deste Contrato.

## **SEÇÃO XVIII - DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**18.1.** Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos sobre os termos do edital de licitação, ou apresentar impugnação, por suposta irregularidade na aplicação da lei.

**18.1.1.** O pedido de esclarecimento e a impugnação poderão ser enviados diretamente ao Pregoeiro/à Pregoeira, via e-mail [arrocha@tre-ba.jus.br](mailto:arrocha@tre-ba.jus.br), ou por meio do Protocolo Digital (conforme orientações disponíveis em: <https://www.tre-ba.jus.br/institucional/portal-do-sei/portal-do-sei>), ou ainda, protocolados de forma presencial no Tribunal, de segunda a sexta-feira, das 08h às 13h.

**18.2.** Eventuais consultas poderão ser realizadas por intermédio do telefone (71) 33373-7081, de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h.

**18.3.** Caberá ao Pregoeiro/à Pregoeira manifestar-se acerca dos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data em que recebê-los, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, observando o seguinte:

- a) o Pregoeiro/a Pregoeira poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos;
- b) manifestando-se sobre a impugnação, o Pregoeiro/a Pregoeira deverá encaminhá-la, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão;
- c) a impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro/pela Pregoeira nos autos do processo de licitação;
- d) acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**18.4.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão licitante e no sistema, dentro do prazo estabelecido na **condição 18.3** acima, e vincularão os participantes e a Administração.

## **SEÇÃO XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**19.1.** A presente licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação de terceiros, se verificada ilegalidade insanável no procedimento; ou revogada por motivos de conveniência ou oportunidade decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado mediante decisão fundamentada, assegurada prévia manifestação dos interessados.

**19.1.1.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

**19.1.2.** Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação dos aspectos elencados no art. 147 da Lei 14.133/2021.

**19.2.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e <https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas>.

**19.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**19.4.** Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

**19.5.** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

**19.6.** O Pregoeiro/A Pregoeira ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação.

**19.7.** A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

**19.8.** O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

**19.9.** Ao participar de processo licitatório o titular dos dados manifesta, automaticamente, seu **inequívoco consentimento** para tratamento dos dados pessoais pela Administração, conforme autorização legal prevista no art. 7º, incisos I, II e V da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei 13.709/18**.

**19.9.1.** Os documentos habilitatórios, exigidos neste Edital, ficarão acessíveis e disponíveis ao público, com todos os dados pessoais neles constantes, por força do cumprimento do dever de publicidade previsto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

## **SEÇÃO XX- DOS ANEXOS**

**20.1.** São partes integrantes do Edital os seguintes anexos:

**20.1.1.** [Anexo I - Termo de Referência, composto pelos seguintes anexos:](#)

[Anexo A - Lista Exemplificativa dos Materiais a serem Utilizados na Execução dos Serviços - Capital.](#)

**20.1.2.** [Anexo II - Orçamento Estimativo/Valor\(es\) Máximo\(s\) Admitido\(s\) para Contratação](#)

**20.1.3.** [Anexo III - Proposta-Padrão](#)

**20.1.4.** [Anexo IV - Minuta do Contrato](#)

Salvador, 15 de maio de 2026

Arthur Ribeiro Rocha  
Pregoeiro

## **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90020/2026**

### **ANEXO I**

#### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa para prestação de serviços elétricos, mediante alocação e gestão de postos de trabalho para funções de eletricitista e supervisor, com fornecimento de material de consumo para manutenção corretiva dos circuitos de tomadas elétricas e iluminação, incluindo a instalação de rabichos e extensões nos locais de votação e apuração das Zonas Eleitorais da Capital do Estado da Bahia e Zonas de Feira de Santana, visando à realização das Eleições de 2026, consoante especificações no Anexo A deste Termo de Referência.

**1.2.** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos mediante especificações reconhecidas e usuais de mercado.

**1.3.** O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, sob o regime de execução de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, observadas as regras estabelecidas no instrumento convocatório

#### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** O bom funcionamento do processo eleitoral depende de diversos fatores, dentre eles das condições em que se encontram os locais de votação e apuração, em especial as suas instalações elétricas. As urnas eletrônicas funcionam ligadas a uma tomada elétrica. Necessário, portanto, garantir que cada seção eleitoral tenha, pelo menos, uma tomada em perfeito funcionamento, além de iluminação suficiente. Com o objetivo de colocar à disposição das Zonas Eleitorais da Capital e as Zonas: 154ª (Feira de Santana), 155ª (Feira de Santana e Serra Preta) e 156ª (Feira de Santana) e 157ª (Feira de Santana e Anguera) profissionais na área de eletricidade, a fim de adequar as tomadas e a iluminação dos locais de votação e apuração às necessidades do dia do pleito, é que se justifica a presente contratação.

**2.2.** A justificativa para a contratação está alinhada ao seguinte objetivo estratégico: Prestar serviço de qualidade ao público.

**2.3.** A relação entre os serviços a serem contratados, previstos neste Termo de Referência, e a demanda a ser suprida, restou demonstrada no Estudo Técnico Preliminar.

#### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **4.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**4.1.1** Priorização de materiais que promovam a eficiência energética, especialmente o uso de tecnologia LED;

**4.1.2** Adoção de procedimentos de segregação e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;

**4.1.3** Observância das normas de saúde e segurança do trabalho, em especial a NR-10;

**4.1.4** Planejamento racional da mobilização das equipes e dos deslocamentos necessários à execução dos serviços.

##### **4.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**4.2.1.** A comprovação de qualificação técnica da empresa será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**a)** comprovante fornecido pela licitante de que possui, em seu quadro permanente de pessoal, na data da licitação, profissional de nível superior com formação em engenharia elétrica, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, por execução de serviços de instalações elétricas, ou declaração de contratação futura, na forma abaixo:

**a.1)** A comprovação do vínculo profissional com a empresa licitante, poderá ser demonstrada através de carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços ou contrato social, ou ainda pela certidão de registro da licitante na entidade profissional competente, desde que nessa certidão conste o nome do profissional, ou ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de sua anuência.

**b)** Apresentação de comprovante de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região a que estiver vinculada a licitante



**b.1)** Caso a licitante vencedora seja registrada em outra circunscrição e não apresente a certidão de registro do CREA da Bahia, deverá entregar, **antes do início do serviço**, certidão visada pelo CREA da Bahia, de acordo com o artigo 14 da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do CONFEA, que disciplina:

*Art. 14. A pessoa jurídica registrada que pretenda executar atividade na circunscrição de outro Crea fica obrigada a visar previamente o seu registro no Crea dessa circunscrição.*

*§ 1º O visto será concedido apenas no caso em que atividade não exceda 180 (cento e oitenta) dias.*

*§ 2º O visto deve ser requerido por representante legal da pessoa jurídica, com a prova do registro originário da pessoa jurídica.*

*§ 3º A pessoa jurídica deve comprovar que possui em seu quadro técnico profissionais com registro ou visto no Crea da circunscrição onde for requerido o visto para executar nessa circunscrição as atividades prescritas em seu objetivo social.*

**4.3 FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO**

**4.3.1.** Os serviços serão prestados no seguinte quantitativo de horas e dias:

**1º TURNO**

PROFISSIONAL	EXPERIÊNCIA	1º TURNO DATA	QUANT. HORAS SEGUNDA SEXTA À	QUANT. HORAS SÁBADO	QUANT. HORAS DOMINGO
SUPERVISOR	Experiência mínima de 02 (dois) anos na área de instalações elétricas prediais	28/09/2026 a 04/10/2026	44	8	12
ELETRICISTA	Experiência na área de instalações elétricas prediais e de telefonia	28/09/2026 a 04/10/2026	44	8	12

**2º TURNO**

PROFISSIONAL	EXPERIÊNCIA	2º TURNO DATA	QUANT. HORAS SEGUNDA SEXTA À	QUANT. HORAS SÁBADO	QUANT. HORAS DOMINGO
SUPERVISOR	Experiência mínima de 02 (dois) anos na área de instalações elétricas prediais	22/10/2026 a 25/10/2026	16	8	12
ELETRICISTA	Experiência na área de instalações elétricas prediais e de telefonia	22/10/2026 a 25/10/2026	16	8	12

**4.3.2.** Os serviços serão prestados nos períodos de 28/09 a 04/10/2026 obedecendo à seguinte programação:

- a)** no dia 28/09/2026 no horário das 8:00 as 12:00 e 13:00 as 17:00h e nos dias 29/09/2026 a 01/10/2026 no horário das 8:00 às 12:00 e 13:00 às 18:00h para vistoria, revisão da iluminação e circuitos de tomadas de todas as seções eleitorais e instalação de rabichos;
- b)** no dia 02/10/2026, no horário das 8:00 às 12:00 e 13:00 às 18:00h, e no dia 03/10/2026, no horário das 8:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00h, para a última revisão geral de todas as seções, instalação de extensões e retirada dos rabichos das calhas fluorescentes, deixando-os preparados para a ligação das urnas eletrônicas;
- c)** no dia 04/10/2026, **(dia da Eleição - 1º turno)**, das 6:00h às 20:00h, em regime de plantão. As equipes estarão em locais preestabelecidos pelo Tribunal, aptas ao atendimento aos locais de votação para solução de defeitos e/ou atendimentos diversos na área elétrica. Serão concedidos aos profissionais intervalos de 1 (uma) hora para almoço e 1 (uma) hora para o exercício do direito de voto, não necessariamente consecutivos.

Na ocorrência de 2º turno, os serviços serão prestados no período de 22 a 25/10/2026 obedecendo à seguinte programação:

- a)** nos dias 22, 23 e 24/10/2026, no horário das 8:00 as 12:00 e 13:00 as 17:00h, para a última revisão geral de todas as seções, instalação de extensões e rabichos, deixando-as preparadas para a ligação com as urnas eletrônicas.
- b)** no dia 25/10/2026, **(dia do 2º turno da Eleição, se houver)**, das 6:00h às 20:00h, em regime de plantão. As equipes estarão em locais preestabelecidos pelo Tribunal, aptas ao atendimento aos locais de votação para solução de defeitos e/ou atendimentos diversos na área elétrica. Serão concedidos aos profissionais intervalos de 1 (uma) hora para almoço e 1 (uma) hora para o exercício do direito de voto, não necessariamente consecutivos.

**4.3.3.** Assinado o contrato, em observância à Lei 6.496/1977 deverá ser apresentada a ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) do CREA do responsável técnico da empresa e dos serviços, engenheiro eletricista detentor da documentação a que se refere o item 4.2 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, e antes do início da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, o que ocorrer primeiro, conforme disposto no art. 27 da Resolução nº 1.137, de 31 de março de 2023.

**4.3.4.** Para os serviços relativos ao 1º turno, o recebimento provisório pela fiscalização dar-se-á no dia 05/10/2026, e o recebimento definitivo até o dia 07/10/2026. No caso da ocorrência de 2º turno, o recebimento provisório será dado no dia 26/10/2026 e o definitivo, até o dia 28/10/2026.

**4.3.5.** Até o dia 23/09/2026, 03 (três) dias úteis antes do início dos trabalhos, a Contratada deverá encaminhar à fiscalização uma lista contendo o nome dos eletricitistas que comporão a equipe de cada Zona Eleitoral e o do supervisor. Deverá ser encaminhada também a comprovação da experiência dos referidos profissionais, mediante anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social e/ou de contrato de prestação de serviço. Deverá ser entregue na SEMAC e SEMAI a documentação original. Enquanto a empresa não cumprir essa obrigação, e por consequente a fiscalização não tiver analisado a documentação, a Contratada não poderá iniciar os serviços. Recomenda-se ainda o envio prévio da documentação comprobatória de profissionais sobressalentes, a fim de viabilizar eventuais substituições que se façam cessária durante a execução contratual.

**4.3.6.** Na alocação dos eletricitistas nas zonas eleitorais, deve-se levar em conta os respectivos locais de votação de cada profissional, visando assegurar o direito ao voto.

**4.3.7.** O prazo para a execução de serviços de correção no dia do plantão, será de até 1 (uma) hora após a abertura do chamado.

**4.3.8.** Serão vistoriadas todas as Seções Eleitorais da Capital do Estado e Feira de Santana, Serra Preta e Anguera, distribuídos nos locais de votação, para revisão da iluminação e dos circuitos de tomadas. Os serviços compreendem:

**a)** substituição, colocação e energização de tomadas, deixando cada seção com pelo menos uma (01) tomada em pleno funcionamento;

**b)** reposição das lâmpadas queimadas nas Seções Eleitorais em que a luminosidade estiver precária para a realização do pleito, a critério do respectivo Cartório Eleitoral;

**c)** substituição, colocação, energização de tomadas, reposição das lâmpadas queimadas e demais providências necessárias ao perfeito funcionamento.

**4.3.9.** Nas Seções onde não existirem tomadas, ou que não seja possível colocar pelo menos uma peça em funcionamento, mas houver iluminação do tipo fluorescente, deverão ser instalados rabichos (feitos com cabos paralelos de 2,5 mm<sup>2</sup> de aproximadamente 5 metros, tendo numa extremidade um plug fêmea e na outra extremidade fio desencapado). Os rabichos deverão ser conectados e resguardados na calha das luminárias fluorescentes de tal modo que fiquem fora da visão dos usuários das salas e sejam facilmente manuseados na fase de preparação final dos locais de votação. Deverá ser escolhida a luminária mais distante da porta de entrada e das janelas e mais próxima a um canto do cômodo ou de uma parede “cega” (sem aberturas).

**4.3.10.** Nas Seções onde a posição das tomadas for totalmente imprópria para instalação da urna ou onde funcionarem mais de uma seção e não existirem tomadas suficientes para atender à necessidade serão instaladas extensões, com o número de tomadas solicitadas. Porém, diferentemente dos rabichos, as extensões não serão instaladas na fase de revisão inicial.

**4.3.11.** Na etapa de vistoria e revisão da iluminação e circuitos de tomadas, a equipe que concluir a vistoria da Zona de sua responsabilidade antes do prazo estipulado, poderá dar apoio a outras Zonas, a critério da fiscalização do contrato.

**4.3.12.** Cada equipe será acompanhada por um servidor/preposto do TRE, designado pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona, que acompanhará os trabalhos a fim de possibilitar o ateste da execução dos serviços.

**4.3.13.** A supervisão administrativa dos serviços ficará a cargo da SEMAC no caso das Zonas da Capital e da SEMAI no caso das Zonas de Feira de Santana, a quem o supervisor da futura Contratada e os responsáveis designados pelo Cartório reportarão os problemas ocorridos na realização dos trabalhos, para definição das soluções a serem adotadas.

**4.3.14.** Todos os profissionais, durante a execução dos serviços, deverão estar trajados com calça, camisa de mangas e sapatos fechados (botas, tênis, etc.), identificados com o nome da empresa e munidos dos equipamentos de proteção individual necessários à execução das suas tarefas. O fornecimento dos crachás e ferramentas (relacionadas no item 6.8) será da responsabilidade da Contratada.

**4.3.15.** Cada eletricitista deverá possuir, no mínimo, 01 (um) alicate universal isolado, 02 (duas) chaves de fenda e 01(uma) chave de fenda de teste neon. Escadas dobráveis deverão ser disponibilizadas sempre que necessário para as instalações elétricas.

**4.3.16.** O transporte das equipes para execução dos serviços será de responsabilidade do Tribunal. Os profissionais deverão estar presentes nos locais de trabalho, pontualmente, no horário determinado, para saída em viaturas providenciadas pelo Tribunal ou Cartório Eleitoral.

**4.3.17.** Funcionários faltantes e cuja atuação e/ou comportamento sejam prejudiciais à disciplina da repartição ou ao interesse público, deverão ser substituídos em até 24 horas após a comunicação escrita pela Fiscalização à Contratada por intermédio de seu supervisor não comprometendo o término dos serviços contratados.

**4.3.18.** Os supervisores deverão portar telefone móvel celular, mantendo-o permanentemente ligado, com número de acionamento amplamente divulgado junto à SEMAC, à SEMAI e às Zonas Eleitorais, informando também às equipes que coordenarem. Sempre que houver necessidade, os supervisores visitarão o local dos serviços, mediante chamado da equipe de eletricitistas, comunicado o fato ao Chefe de Cartório. Prestarão seus serviços no município de Salvador (ITEM 1) ou Feira de Santana, Serra Preta e Anguera (ITEM 2), deslocando-se ao local dos serviços com transporte a ser providenciado pelo Tribunal ou Cartório Eleitoral.

**4.3.19.** Após a conclusão dos serviços, a Contratada deverá entregar a cada Zona Eleitoral um Relatório Final. Esse relatório será o documento comprobatório da efetiva prestação dos serviços realizados conforme condições estabelecidas em Contrato. Deve ser emitido em duas vias, sendo que uma será arquivada no Cartório Eleitoral, e a outra será juntada à nota fiscal quando do envio pela contratada.

**4.3.20.** O servidor do Cartório Eleitoral designado como fiscal de contrato deverá atestar a realização do serviço em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento do relatório final de execução dos serviços.

**4.3.21.** Deverá constar no Relatório Final a lista com o quantitativo dos materiais utilizados na manutenção corretiva dos locais de votação de cada Zona Eleitoral, conforme listas exemplificativas nos ANEXOS A (Capital) e B (Feira de Santana).

#### **4.4. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**4.4.1.** A licitação será realizada em empreitada por itens, correspondendo à execução dos serviços com fornecimento de material no ITEM 1 - Salvador (grupo de Zonas Eleitorais) e no ITEM 2 - Zonas Eleitorais 154<sup>a</sup>, 155<sup>a</sup> e 156<sup>a</sup> e 157<sup>a</sup>, correspondendo aos Municípios de Feira de Santana, Serra Preta e Anguera, discriminados na Tabela constante no item 4.4.6.

**4.4.2.** As licitantes vencedoras disponibilizarão os profissionais eletricitistas e supervisores às Zonas Eleitorais de acordo com os quantitativos indicados na Tabela constante no item 4.4.6.

**4.4.3.** Os eletricitistas realizarão os serviços de revisão, instalação e correção das instalações elétricas dos locais de votação e apuração, com o objetivo de deixá-los prontos para o dia das eleições de 2026.

**4.4.4.** Os supervisores terão a função de coordenar as equipes de eletricitistas e acompanhar a execução dos serviços, registrando a jornada de trabalho em Folha de Ponto, dando-lhes suporte técnico, com poder de decisão em nome da empresa.

**4.4.5.** Todos os materiais elétricos necessários para a execução dos serviços serão fornecidos pela licitante vencedora, conforme planilhas exemplificativas nos ANEXOS A (Capital) e B (Feira de Santana) deste Termo de Referência. Os valores a serem pagos à

Contratada pelo material estão demonstrados na tabela do item 4.4.7. Os valores previstos para os materiais já estão acrescidos do BDI (Bonificações e Despesas Indiretas) de 13,10%, conforme memória de cálculo demonstrada no ANEXO C deste Termo de Referência.

4.4.6. Planilha com as quantidades de eletricitas e supervisores:

ITEM 1	ZONAS	MUNICÍPIO	1º TURNO		2º TURNO	
			QUANTIDADE		QUANTIDADE	
			Eletricista	Supervisor	Eletricista	Supervisor
POLO 1 - Salvador	1	Salvador	2	1	2	1
	2	Salvador	2		2	
	3	Salvador	2		2	
	4	Salvador	2		2	
	5	Salvador	2		2	
	6	Salvador	2		2	
	7	Salvador	2		2	
	8	Salvador	2		2	
	9	Salvador	2		2	
	10	Salvador	2		2	
	11	Salvador	2		2	
	12	Salvador	2		2	
	13	Salvador	2		2	
	14	Salvador	2		2	
	15	Salvador	2		2	
	16	Salvador	2		2	
	17	Salvador	2		2	
	18	Salvador	2		2	
	19	Salvador	2		2	
	Total		38	1	38	1

ITEM 2	ZONAS	MUNICÍPIO	1º TURNO		2º TURNO	
			QUANTIDADE		QUANTIDADE	
			Eletricista	Supervisor	Eletricista	Supervisor
POLO 10 - Feira de Santana	154	Feira de Santana	2	1	2	1
	155	Feira de Santana e Serra Preta	3		3	
	156	Feira de Santana	2		2	
	157	Feira de Santana e Anguera	2		2	
	Total		9	1	9	1

4.4.7. Planilha com os valores máximos que poderão ser pagos para as despesas com material elétrico nos itens:

ITENS	MATERIAIS
ITEM 1 - Salvador	R\$ 41.129,97
ITEM 2 - Feira de Santana	R\$ 15.708,68
TOTAL	R\$ 56.838,65

4.5. DO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS

4.5.1. Todo o material de consumo necessário à execução dos serviços será fornecido pela Contratada, de acordo com a necessidade dos locais de votação e de apuração. Os valores máximos que serão pagos à Contratada são aqueles que foram estimados pelo TRE, conforme item 3.7, com base nas aquisições de pleitos anteriores. Não será aceita solicitação posterior de ressarcimento caso os valores estabelecidos sejam ultrapassados na execução dos serviços.

4.5.2. As listas que constam nos ANEXOS A (Capital) e B (Feira de Santana) deste Termo de Referência são apenas exemplificativas, cabendo à empresa o fornecimento de materiais elétricos diferentes desses, desde que necessários à recuperação dos locais de votação e de apuração.

4.5.3. Com relação às listas exemplificativas de materiais constantes do Anexo B (Feira de Santana), somente serão pagos os quantitativos efetivamente utilizados, os quais deverão ser devidamente atestados pelos chefes de cartório das respectivas zonas eleitorais.

4.5.4. No âmbito das zonas eleitorais de Feira de Santana, é obrigação da Contratada prestar previamente aos respectivos chefes de cartório todas as informações necessárias para possibilitar a conferência dos quantitativos e o devido ateste, antes da utilização dos materiais, sob pena de não pagamento dos quantitativos não comprovados.

4.5.5. Os quantitativos constantes das planilhas do Anexo B possuem caráter estimativo, não gerando direito à Contratada ao recebimento por materiais não efetivamente utilizados e devidamente atestados, nem obrigação da Administração de executar a totalidade dos quantitativos previstos.

4.6 RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

4.6.1. O recebimento ocorrerá em duas etapas:

a) Recebimento provisório: o serviço será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, na data da conclusão da montagem/instalação, que será comunicada formalmente pela Contratada à Fiscalização do Contrato, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de execução inicialmente fixado.

b) Recebimento definitivo: no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, a Gestão do Contrato avaliará as características do serviço que, estando em conformidade com as condições pactuadas, será recebido definitivamente, com emissão do respectivo termo.

4.6.2. A Contratada garantirá a qualidade do serviço prestado, obrigando-se a reexecutar aqueles que se revelarem impróprios ou inadequados em decorrência de vícios ou defeitos na execução ou de materiais empregados.

4.6.3. Em caso de irregularidades apuradas no momento do recebimento, o serviço poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

4.6.4. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o pactuado, a fiscalização notificará por escrito a Contratada para correção das irregularidades ou substituição, às suas expensas, do serviço recusado, no prazo que lhe restar daquele indicado no subitem 4.3.2.

4.6.5. A Contratada garantirá, durante todo o período da contratação, a qualidade do serviço prestado, obrigando-se a reexecutar aquele que se revelar impróprio ou inadequado ao uso a que se destina, em decorrência de vícios ou defeitos na execução ou de materiais empregados.

4.6.6. Se apenas parte dos serviços foi executada em desconformidade com o edital e não tendo a Contratada promovido a correção, o Fiscal do Contrato glosará a nota fiscal, no valor do serviço não prestado ou recusado, e a encaminhará para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.

5. VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. A vigência do Contrato será contada a partir de sua assinatura até o dia 19/12/2026.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. As comunicações entre o Tribunal e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.3. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, conforme o caso, a Contratante poderá convocar o

representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e pagamento e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **6.2. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

### **6.2.1. Fiscal(is) do Contrato**

**6.2.1.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou, na ausência deste(s), pelo(s) substituto(s), atentando-se ao estabelecido neste Termo de Referência, sem prejuízo de observância ao disposto em normativo interno próprio.

**6.2.1.2.** O fiscal acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.2.1.3.** O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e à prestação dos serviços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.2.1.4.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações, determinando prazo para a correção.

**6.2.1.5.** O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as providências necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.2.1.6.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.2.1.7.** O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a data de término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual, se for o caso.

**6.2.1.8.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará a execução do empenho, os pagamentos, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.2.1.9.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, iniciando o respectivo processo de apuração de responsabilidade contratual, observando normativo interno próprio, dando conhecimento ao gestor.

**6.2.1.10.** Cabe ao fiscal do contrato emitir o Termo de Recebimento Provisório do objeto, documento comprobatório da avaliação realizada quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, se houver, e a eventuais penalidades aplicadas.

**6.2.1.11.** Os serviços relativos ao item 1 e 2 serão acompanhados pelos fiscais do contrato lotados na SEMAC e SEMAI respectivamente.

**6.2.1.12.** Os Fiscais do contrato do TRE-BA (SEMAC e SEMAI) somente farão o ateste da nota fiscal, mediante o recebimento das referidas notas, se devidamente acompanhadas dos relatórios pertinentes atestados por cada Chefe de Cartório da Zona Eleitoral.

### **6.2.2. Gestor do Contrato**

**6.2.2.1.** Cabe ao gestor do contrato, atentando-se ao que foi estabelecido neste Termo de Referência, e sem prejuízo de observância ao disposto em normativo interno próprio:

**6.2.2.1.1.** Coordenar os fiscais do contrato e a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, o qual deverá conter todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço ou pedido de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.2.2.1.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

**6.2.2.1.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, atuando para solucionar problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, anotando-os, se necessário, no relatório de riscos eventuais.

**6.2.2.1.4.** Emitir Termo de Recebimento Definitivo, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, salvo se designado outro responsável para tanto.

**6.2.2.1.5.** Assegurar-se de que foi instaurado o processo administrativo de apuração para fins de aplicação de sanções, observando o disposto em normativo interno.

**6.2.2.1.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, devendo contar com o auxílio dos fiscais.

**6.2.2.1.7.** Encaminhar a documentação pertinente à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade para adoção dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:

**a)** executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta;

**b)** atender às solicitações da Contratante nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência;

**c)** reparar, corrigir, remover, reconstruir ou reexecutar, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

**d)** responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

**e)** responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução do contrato;

**f)** manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;

**g)** não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo se houver autorização neste termo de referência;



- h) não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau, durante a vigência do contrato.
- i) conferir garantia dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- j) cumprir os requisitos de proteção de dados pessoais e de segurança da informação previstos neste Termo de Referência e na legislação própria;
- k) observar as diretrizes previstas em normas técnicas aplicadas ao objeto deste Termo de Referência, quando couber.
- l) controlar a frequência e a produtividade dos profissionais contratados para a realização dos serviços. A Justiça Eleitoral não se responsabilizará por quaisquer tipos de controle de frequência referidos neste subitem.
- m) responsabilizar-se pelas despesas com transporte de seus empregados no deslocamento residência-TRE-residência.
- n) encaminhar à Contratante, previamente ao início da execução dos serviços e sempre que houver substituição de profissionais, relação nominal dos empregados que atuarão na prestação dos serviços, inclusive daqueles indicados para compor eventual cadastro reserva, com a respectiva função, dados de identificação e demais informações necessárias à fiscalização contratual, observadas as normas de proteção de dados pessoais;
- o) comprovar documentalmente, antes do início da execução dos serviços e sempre que solicitado pela Contratante, a experiência e/ou a capacitação técnica dos profissionais alocados, conforme requisitos previstos neste Termo de Referência, mediante apresentação de documentos, tais como registros profissionais, certificados, declarações, atestados, contratos ou outros meios compatíveis com a natureza dos serviços.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes deste Termo de Referência;
- d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

9. INADIMPLEMENTO E PENALIDADES

9.1 A Administração poderá aplicar à Contratada, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

- a) Atrasar o início dos serviços em qualquer zona eleitoral até o prazo máximo de 05 (cinco) horas - **0,2% (zero vírgula dois por cento) por hora de atraso, sobre o valor total do contrato, além do correspondente desconto proporcional no pagamento;**
- b) Deixar de manter durante a execução dos serviços os profissionais adequadamente munidos dos equipamentos de proteção individual necessários à execução de suas tarefas - **0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência;**
- c) Deixar de executar serviço solicitado pela Administração - **1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, podendo ser aplicada em quádruplo caso a omissão ocorra no dia do pleito e cause embaraço à realização da eleição.**
- d) Não apresentar as ferramentas mínimas exigidas - **0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência;**
- e) Inexecução total - **20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.**
- f) Deixar de cumprir o prazo para a execução de serviços de correção no dia do plantão (item 4.3.7) - **0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, por hora e por ocorrência, até o limite de 5 horas.**

10. MEDIDAS ACAUTELADORAS

10.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, do TRE/BA, reter de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo à eventual multa a ser-lhe aplicada.

10.2. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

11. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

11.1. Serão pagos os seguintes percentuais do valor proposto, no caso da ocorrência de 2ºturno:

ITENS	1º TURNO	2º TURNO
ITEM 1 e ITEM 2	60%	40%

- 11.2. Não será aceita qualquer solicitação de eventual ressarcimento de horas trabalhadas além das previamente contratadas
- 11.3. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, após o recebimento definitivo dos serviços, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação e pagamento, na forma deste item.
- 11.4. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, com o fim de apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação, observando o que foi firmado no contrato, na nota de empenho e nos comprovantes da prestação efetiva do serviço, consoante disposto no art. 63 da [Lei nº 4.320/1964](#).
- 11.4.1. Para fins de liquidação, o setor competente da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade deve verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato, da Contratada e do órgão Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**11.5.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante, cabendo ao gestor e/ou aos fiscais diligenciarem para saneamento das pendências.

**11.6.** A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

**11.7.** Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

**11.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**11.9.** Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

**11.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso a Contratado não regularize sua situação.

**11.11.** Observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, o pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, no prazo estipulado no item 11.3.

**11.12.** Condiciona-se o pagamento à:

- a) apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;
- b) declaração da fiscalização e do gestor do contrato de que a execução ocorreu conforme pactuado, o que se dará mediante os Termos de Recebimento Provisórios e Definitivo emitidos.

**11.13.** A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o número do contrato firmado com o TRE-BA, o período de faturamento ao qual se refere, o nome do banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

**11.14.** Será considerada a data do efetivo pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**11.15.** No caso de atraso no pagamento imputado exclusivamente à Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, sendo os juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**11.16.** Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.

**11.17.** Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).

## **12. DAS COMPOSIÇÕES DOS PREÇOS DE MÃO DE OBRA**

### **12.1. DA MÃO DE OBRA**

Os valores da mão de obra foram calculados levando-se em conta o valor da hora constante no SINAPI para eletricista e supervisor geral com encargos complementares para o mês janeiro de 2026. Os encargos sociais utilizados foram os desonerados, estabelecidos no SINAPI, de 101,70%. Conforme Lei nº 14.973/2024, para o ano de 2026 as empresas têm a opção de escolher entre realizar o recolhimento do INSS sobre a receita bruta (2,7%) ou sobre a folha de salários (contribuição patronal de 10%).

## **ITEM 1 - SALVADOR**

salários (contribuição patronal de 10%).

ELETRICISTA Valor Hora R\$ SINAPI 01/26	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
32,92	30,09%	NORMAL	70%	110%	44	8	12	3.545,83	16	8	12	2.346,75
		42,82	72,80	89,93	1.884,26	582,41	1.079,16		685,18	582,41	1.079,16	

SUPERVISOR Valor Hora R\$ SINAPI 01/26	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
44,37	30,09%	NORMAL	70%	110%	44	8	12	4.779,11	16	8	12	3.162,99
		57,72	98,12	121,21	2.539,62	784,97	1.454,51		923,50	784,97	1.454,51	

1º TURNO	38	Eletricistas	3.545,83	134.741,42	139.520,53
	1	Supervisor	4.779,11	4.779,11	

2º TURNO	38	Eletricistas	2.346,75	89.176,69	92.339,67
	1	Supervisor	3.162,99	3.162,99	

.520,53	
TOTAL	231.860,20

ITEM 2 - FEIRA DE SANTANA

salários (contribuição patronal de 10%).

ELETRICISTA Valor Hora R\$ SINAPI 01/26	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
32,92	30,09%	NORMAL	70%	110%	44	8	12	3.545,83	16	8	12	2.346,75
		42,82	72,80	89,93	1.884,26	582,41	1.079,16		685,18	582,41	1.079,16	

SUPERVISOR Valor Hora R\$ SINAPI 01/26	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
44,37	30,09%	NORMAL	70%	110%	44	8	12	4.779,11	16	8	12	3.162,99
		57,72	98,12	121,21	2.539,62	784,97	1.454,51		923,50	784,97	1.454,51	

1º TURNO	9	Eletricistas	3.545,83	31.912,44	36.691,55
	1	Supervisor	4.779,11	4.779,11	

2º TURNO	9	Eletricistas	2.346,75	21.120,79	24.283,78
	1	Supervisor	3.162,99	3.162,99	

TOTAL	60.975,33
-------	-----------

salários (contribuição patronal de 10%).

ELETRICISTA Valor Hora R\$ SINAPI 01/26	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
34,78	26,24%	NORMAL	70%	110%	44	8	12	3.635,44	16	8	12	2.406,07
		43,91	74,64	92,20	1.931,88	597,13	1.106,44		702,50	597,13	1.106,44	

SUPERVISOR Valor Hora R\$ SINAPI 01/26	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
47,20	26,24%	NORMAL	70%	110%	44	8	12	4.933,67	16	8	12	3.265,28
		59,59	101,30	125,13	2.621,76	810,36	1.501,55		953,37	810,36	1.501,55	

1º TURNO	9	Eletricistas	3.635,44	32.719,00	37.652,66
	1	Supervisor	4.933,67	4.933,67	

2º TURNO	9	Eletricistas	2.406,07	21.654,60	24.919,88
	1	Supervisor	3.265,28	3.265,28	

TOTAL	62.572,54
-------	-----------

12.2. VALORES MÁXIMOS PARA A CONTRATAÇÃO

Apresentamos abaixo uma planilha resumo, mostrando o valor máximo calculado para a contratação do polo, juntando as estimativas de gastos com mão de obra e de material.

ITEM	1º TURNO		2º TURNO		VALORES TOTAIS		
ITEM 1 -POLO 1	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Total		
	Eletricista	Supervisor	Eletricista	Supervisor	Eletricistas + Supervisor	Materiais	Total final
	38	1	38	1	R\$ 231.860,20	R\$ 41.129,97	R\$ 272.990,17

ITEM 2 - POLO 10	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Total		
	Eletricista	Supervisor	Eletricista	Supervisor	Eletricistas + Supervisor	Materiais	Total final
	9	1	9	1	R\$ 60.975,33	R\$ 15.708,68	R\$ 76.684,01

### 13. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

**13.1.** As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas preferencialmente por meio eletrônico ou por qualquer ferramenta de mensagem instantânea, ou ainda, pessoalmente, desde que, em todos os casos, haja confirmação inequívoca do recebimento.

**13.2.** Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União - DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.

**13.3.** A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

### 14. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

**14.1.** Em observância ao disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a Contratada compromete-se juntamente com este Tribunal a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

**a)** a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução do objeto, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

**b)** encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

**14.2.** A Contratada, sempre que necessário, dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata o presente item.

**14.3.** O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos - devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso da execução contratual e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

**14.4.** Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de um dia útil da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**14.5.** A critério do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**14.6.** Sem prejuízo de observância às demais disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), as informações produzidas ou custodiadas por este Tribunal devem ser tratadas em função do seu grau de confidencialidade, criticidade e temporalidade, garantindo-se a sua integridade, autenticidade, disponibilidade e a cadeia de custódia dos documentos.

**14.7.** Serão protegidas quanto à confidencialidade as informações classificadas e as que possuem sigilo, observando-se o disposto na LAI e na LGPD, na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, na Resolução CNJ nº 396, de 07 de junho de 2021, na Resolução TSE nº 23.644, de 1º de junho de 2021, na Portaria da Presidência do TRE-BA nº 405, de 17 de agosto de 2021 e, subsidiariamente, no Decreto nº 12.572/2025, sem prejuízo da observância de outros normativos que regem a matéria.

### 15. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO

**15.1.** Não será admitida a participação de consórcio na licitação, uma vez que o objeto a ser contratado não abrange complexidade técnica e/ou não demanda grande capacidade econômica para sua execução/fornecimento, que possa justificar a participação de consórcio. Além disso, o mercado dispõe de várias empresas aptas a, por si só, cumprirem as obrigações do contrato. No ramo licitado é comum a participação de empresas de pequeno e médio porte que reúnem, individualmente, condições suficientes para cumprimento do contrato.

### 16. SUBCONTRATAÇÃO

**16.1.** Não será admitida a subcontratação, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.

## ANEXO A

### LISTA EXEMPLIFICATIVA DOS MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - CAPITAL



**ESTIMATIVA DE MATERIAIS ELEIÇÕES 2026 - CAPITAL**

Cód	Base	Data	Descrição	Und	Quant
1013	SINAPI	jan/26	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, seção nominal 1,5 mm <sup>2</sup>	m	200
1014	SINAPI	jan/26	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, seção nominal 2,5 mm <sup>2</sup>	m	1.000
7631	SBC	fev/26	CABO HEPR PRETO 0,6/1KV 2 CONDUTORES 1,5mm2	m	800
2708	SBC	fev/26	CABO EPROTENAXG7 PRYSMIAN 1KV 4 CONDUTORES 2,5mm2	m	865
39257	SINAPI	jan/26	Cabo multipolar de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em hepr, cobertura em pvc-st2, antichama bwf-b, 0,6/1 kv, 3 condutores de 1,5 mm <sup>2</sup>	m	135
1253	SBC	fev/26	Cabo pp cordplast 2 condutores 450/750v 2,50mm <sup>2</sup>	m	305
	ORÇ	fev/26	Caixa de sobrepor com suporte e placa p/ 1 módulos	und	10
	ORÇ	fev/26	Caixa de sobrepor com suporte e placa p/ 3 módulos	und	30
34653	SINAPI	jan/26	Disjuntor tipo DIN/IEC, monopolar de 6 a 32a	un	5
829	ORSE	dez/25	disjuntor tripolar 100 a, padrão din (linha branca), corrente de interrupção 65ka, ref.: siemens 3vf22 ou similar.	und	5
12443	ORSE	dez/25	Fita adesiva silver tape 48mm x 50m	und	5
20111	SINAPI	jan/26	Fita isolante adesiva antichama, uso até 750 v, em rolo de 19 mm x 20 m	und	80
4696	ORSE	dez/25	Grampo para fixar fio elétrico	und	20
38077	SINAPI	jan/26	interruptor simples + tomada 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + suporte + módulos)	und	5
38062	SINAPI	jan/26	Interruptor simples 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + um suporte + módulo)	und	50
38068	SINAPI	jan/26	Interruptores simples (2 módulos) 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4"x 2" (placa + suporte + módulos)	und	10
38071	SINAPI	jan/26	Interruptores simples (3 módulos) 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4"x 2" (placa + suporte + módulos)	und	20
	ORÇ	fev/26	Lâmpada de led ultra 30w e-27	und	30
38194	SINAPI	jan/26	Lâmpada led 10 w bivolt branca, formato tradicional (base e27)	und	240
13754	ORSE	dez/25	Lâmpada led 12w de potência, luz branca autovolt, e27, marca glight ou similar	und	30
13286	ORSE	dez/25	Lâmpada led 15w de potência, luz branca autovolt, marca glight ou similar	und	700
39387	SINAPI	jan/26	Lâmpada led tubular bivolt 18/20 w, base g13	und	255
1345	ORSE	dez/25	Luminária (calha) p/ lâmpada fluorescente 2 x 40w/tubular LED 18w a 20w	und	18
8518	ORSE	dez/25	Plafon plástico branco com soquete E-27	und	180
34531	SBC	fev/26	Plug fêmea 2p + t	und	520
4887	ORSE	dez/25	Plugue para tomada, tipo macho, 2p+t 10a	und	615
13329	SINAPI	jan/26	Soquete de pvc / termoplástico base e27, com rabicho, para lâmpadas	und	25
64446	SBC	fev/26	Suporte/soquete plástico antivibratório para lâmpada fluorescente	und	80
38101	SINAPI	jan/26	Tomada 2p+t 10a, 250v (apenas módulo)	und	85
12147	SINAPI	jan/26	Tomada 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + suporte + módulo)	und	480
			Tomadas (2 módulos) 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para		

38076	SINAPI	jan/26	embutir 4" x 2" (placa+ suporte + modulos)	und	40
-------	--------	--------	--	-----	----

ANEXO B

LISTA EXEMPLIFICATIVA DOS MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - FEIRA DE SANTANA

ESTIMATIVA DE MATERIAIS ELEIÇÕES 2026 - FEIRA DE SANTANA				
Código	Base	Descrição	Und	Quant
1014	SINAPI	Cabo de cobre, flexivel, classe 4 ou 5, isolacao em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, secao nominal 2,5 mm²	m	200
1253	SBC	Cabo pp cordplast 2 condutores 450/750v 2,50mm²	m	200
505	ORSE -12/2025	Canaleta plastica 20 x 10mm, sem divisória (ref. 308 02, Pial Legrand ou similar)	m	100
34653	SINAPI	Disjuntor tipo DIN/IEC, monopolar de 6 ate 32a	und	10
20111	SINAPI	Fita isolante adesiva antichama, uso ate 750 v, em rolo de 19 mm x 20 m	und	10
38062	SINAPI	Interruptor simples 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + un suporte + modulo)	und	25
38068	SINAPI	Interruptores simples (2 modulos) 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4"x 2" (placa + suporte + modulos)	und	10
38194	SINAPI	Lâmpada de led bulbo 9w a60	und	20
39387	SINAPI	Lâmpada led tubular bivolt 18/20 w, base g13	und	50
8518	ORSE - 12/2025	Plafon de sobrepor e27 100w 250v	und	30
34531	SBC	Plug femea 2p + t	und	30
4887	ORSE - 12/2025	Plugue para tomada, tipo macho, 2p+t 10a	und	30
13791	ORSE - 12/2025	Refletor Slim LED 100W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	und	10
12147	SINAPI	Tomada 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + suporte +modulo)	und	35
38076	SINAPI	Tomadas (2 modulos) 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa+ suporte + modulos)	und	35
Planilha estimativa de materiais - 155ª ZE				
1014	SINAPI	Cabo de cobre, flexivel, classe 4 ou 5, isolacao em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, secao nominal 2,5 mm²	m	200
1253	SBC	Cabo pp cordplast 2 condutores 450/750v 2,50mm²	m	200
505	ORSE -12/2025	Canaleta plastica 20 x 10mm, sem divisória (ref. 308 02, Pial Legrand ou similar)	m	100
34653	SINAPI	Disjuntor tipo DIN/IEC, monopolar de 6 ate 32a	und	10
20111	SINAPI	Fita isolante adesiva antichama, uso ate 750 v, em rolo de 19 mm x 20 m	und	10
38062	SINAPI	Interruptor simples 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + un suporte + modulo)	und	25
38068	SINAPI	Interruptores simples (2 modulos) 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4"x 2" (placa + suporte + modulos)	und	10
38194	SINAPI	Lâmpada de led bulbo 9w a60	und	20
39387	SINAPI	Lâmpada led tubular bivolt 18/20 w, base g13	und	50
8518	ORSE - 12/2025	Plafon de sobrepor e27 100w 250v	und	30
34531	SBC	Plug femea 2p + t	und	30

4887	ORSE - 12/2025	Plugue para tomada, tipo macho, 2p+t 10a	und	30
13791	ORSE - 12/2025	Refletor Slim LED 100W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	und	10
12147	SINAPI	Tomada 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + suporte + modulo)	und	35
38076	SINAPI	Tomadas (2 modulos) 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa+ suporte + modulos)	und	35
Planilha estimativa de materiais - 156ª ZE				
1014	SINAPI	Cabo de cobre, flexivel, classe 4 ou 5, isolacao em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, secao nominal 2,5 mm²	m	200
1253	SBC	Cabo pp cordplast 2 condutores 450/750v 2,50mm²	m	200
505	ORSE -12/2025	Canaleta plastica 20 x 10mm, sem divisória (ref. 308 02, Pial Legrand ou similar)	m	100
34653	SINAPI	Disjuntor tipo DIN/IEC, monopolar de 6 ate 32a	und	10
20111	SINAPI	Fita isolante adesiva antichama, uso ate 750 v, em rolo de 19 mm x 20 m	und	10
38062	SINAPI	Interruptor simples 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + un suporte + modulo)	und	25
38068	SINAPI	Interruptores simples (2 modulos) 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4"x 2" (placa + suporte + modulos)	und	10
38194	SINAPI	Lâmpada de led bulbo 9w a60	und	20
39387	SINAPI	Lâmpada led tubular bivolt 18/20 w, base g13	und	50
8518	ORSE - 12/2025	Plafon de sobrepor e27 100w 250v	und	30
34531	SBC	Plug femea 2p + t	und	30
4887	ORSE - 12/2025	Plugue para tomada, tipo macho, 2p+t 10a	und	30
13791	ORSE - 12/2025	Refletor Slim LED 100W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	und	10
12147	SINAPI	Tomada 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + suporte + modulo)	und	35
38076	SINAPI	Tomadas (2 modulos) 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa+ suporte + modulos)	und	35
Planilha estimativa de materiais - 157ª ZE				
1014	SINAPI	Cabo de cobre, flexivel, classe 4 ou 5, isolacao em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, secao nominal 2,5 mm²	m	200
1253	SBC	Cabo pp cordplast 2 condutores 450/750v 2,50mm²	m	200
505	ORSE -12/2025	Canaleta plastica 20 x 10mm, sem divisória (ref. 308 02, Pial Legrand ou similar)	m	100
34653	SINAPI	Disjuntor tipo DIN/IEC, monopolar de 6 ate 32a	und	10
20111	SINAPI	Fita isolante adesiva antichama, uso ate 750 v, em rolo de 19 mm x 20 m	und	10
38062	SINAPI	Interruptor simples 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + un suporte + modulo)	und	25
38068	SINAPI	Interruptores simples (2 modulos) 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4"x 2" (placa + suporte + modulos)	und	10
38194	SINAPI	Lâmpada de led bulbo 9w a60	und	20
39387	SINAPI	Lâmpada led tubular bivolt 18/20 w, base g13	und	50

8518	ORSE - 12/2025	Plafon de sobrepor e27 100w 250v	und	30
34531	SBC	Plug femea 2p + t	und	30
4887	ORSE - 12/2025	Plugue para tomada, tipo macho, 2p+t 10a	und	30
13791	ORSE - 12/2025	Refletor Slim LED 100W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	und	10
12147	SINAPI	Tomada 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + suporte + modulo)	und	35
38076	SINAPI	Tomadas (2 modulos) 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa+ suporte + modulos)	und	35

ANEXO C

VALOR ADOTADO PARA BDI

MODELO DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS

763. com Encargos Desonerados - Serviços Técnicos de Engenharia

BDI POSTOS DE TRABALHO				
DESCRIÇÃO				TAXA (%)
AC		Administração Central		4,00
S + G		Seguros + Garantias		0,80
R		Riscos		1,27
DF		Despesas Financeiras		1,23
L		Lucro/Remuneração		7,40
Tributos	Tributos			
	ISS	Imposto Sobre Serviços		5,00
	C	COFINS		3,00
	P	PIS		0,65
	CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta		2,70
BDI CALCULADO (%)				30,09%

BDI MATERIAIS				
DESCRIÇÃO			TAXA (%)	
AC		Administração Central	1,50	
S + G		Seguros + Garantias	0,48	
R		Riscos	0,56	
DF		Despesas Financeiras	1,11	
L		Lucro/Remuneração	5,11	
Tributos	Tributos			
	ISS	Imposto Sobre Serviços		3,65
	C	COFINS	3,00	
	P	PIS	0,65	
	CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta		

<b>BDI CALCULADO (%)</b>	<b>13,10%</b>
--------------------------	---------------

**FÓRMULA DO BDI**

A fórmula para cálculo da taxa a ser acrescida aos custos diretos de um empreendimento a título de Benefícios e Despesas Indiretas é:

$$BDI = \frac{(1 + (AC + S + R + G)) (1 + DF) (1 + L) - 1}{(1 - T)}$$

Em que:  
AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central; S + G = taxa representativa de seguros mais garantias;  
R = taxa representativa de riscos;  
DF = taxa representativa das despesas financeiras; L = taxa representativa do lucro/remuneração;  
T = taxa representativa da incidência de tributos.

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90020/2026**

**ANEXO II**

**ORÇAMENTO ESTIMATIVO**

**VALOR (ES) MÁXIMO(S) ADMITIDO (S) PARA CONTRATAÇÃO**

ITEM	1º TURNO		2º TURNO		VALORES TOTAIS		
<b>ITEM 1 - POLO 1</b>	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Total		
	Eletricista	Supervisor	Eletricista	Supervisor	Eletricistas + Supervisor	Materiais	Total final
	38	1	38	1	R\$ 231.860,20	R\$ 41.129,97	R\$ 272.990,17
<b>ITEM 2 - POLO 10</b>	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Total		
	Eletricista	Supervisor	Eletricista	Supervisor	Eletricistas + Supervisor	Materiais	Total final
	9	1	9	1	R\$ 60.975,33	R\$ 15.708,68	R\$ 76.684,01

**OBSERVAÇÕES:**

1. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **O VALOR TOTAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA CADA ITEM**, já considerados todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
2. Todos os materiais elétricos necessários para a execução dos serviços serão fornecidos pela licitante vencedora, conforme planilhas exemplificativas contidas nos ANEXOS A (Capital) e B (Feira de Santana) do Termo de Referência (Anexo I do Edital). Os valores a serem pagos à Contratada pelo material estão demonstrados na Planilha acima. Os valores previstos para os materiais já estão acrescidos do BDI (Bonificações e Despesas Indiretas) de 13,10%, conforme memória de cálculo demonstrada no ANEXO C do Termo de Referência.
3. 60% (sessenta por cento) do valor proposto corresponderá ao 1º Turno das Eleições 2026 e 40% (quarenta por cento) ao 2º Turno, se houver, consoante tópico 11.1 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

ITENS	1º TURNO	2º TURNO
<b>ITEM 1 e ITEM 2</b>	60%	40%



ITEM 1 - SALVADOR

jan/26												
DESONERADO												
salários (contribuição patronal de 10%).												
ELETRICISTA Valor Hora R\$ SINAPI 01/26	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
					44	8	12		16	8	12	
32,92	30,09%	42,82	72,80	89,93	1.884,26	582,41	1.079,16	3.545,83	685,18	582,41	1.079,16	2.346,75

SUPERVISOR Valor Hora R\$ SINAPI 01/26	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
					44	8	12		16	8	12	
44,37	30,09%	57,72	98,12	121,21	2.539,62	784,97	1.454,51	4.779,11	923,50	784,97	1.454,51	3.162,99

1º TURNO	38	Eletricistas	3.545,83	134.741,42	139.520,53
	1	Supervisor	4.779,11	4.779,11	

2º TURNO	38	Eletricistas	2.346,75	89.176,69	92.339,67
	1	Supervisor	3.162,99	3.162,99	

.520,53

TOTAL	231.860,20
-------	------------

ITEM 2 - FEIRA DE SANTANA

jan/26

DESONERADO

salários (contribuição patronal de 10%).

ELETRICISTA Valor Hora R\$ SINAPI 01/26	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
32,92	30,09%	NORMAL	70%	110%	44	8	12	3.545,83	16	8	12	2.346,75
		42,82	72,80	89,93	1.884,26	582,41	1.079,16		685,18	582,41	1.079,16	

SUPERVISOR Valor Hora R\$ SINAPI 01/26	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
44,37	30,09%	NORMAL	70%	110%	44	8	12	4.779,11	16	8	12	3.162,99
		57,72	98,12	121,21	2.539,62	784,97	1.454,51		923,50	784,97	1.454,51	

1º TURNO	9	Eletricistas	3.545,83	31.912,44	36.691,55
	1	Supervisor	4.779,11	4.779,11	

2º TURNO	9	Eletricistas	2.346,75	21.120,79	24.283,78
	1	Supervisor	3.162,99	3.162,99	

TOTAL	60.975,33
-------	-----------

#### VALOR ADOTADO PARA BDI

#### MODELO DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS

BDI POSTOS DE TRABALHO					
DESCRIÇÃO				TAXA (%)	
AC		Administração Central		4,00	
S + G		Seguros + Garantias		0,80	
R		Riscos		1,27	
DF		Despesas Financeiras		1,23	
L		Lucro/Remuneração		7,40	
Tributos	Tributos				
	ISS	Imposto Sobre Serviços		5,00	11,35
	C	COFINS		3,00	
	P	PIS		0,65	
	CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta		2,70	
BDI CALCULADO (%)				30,09%	

BDI MATERIAIS		
DESCRIÇÃO		TAXA (%)
AC	Administração Central	1,50
S + G	Seguros + Garantias	0,48
R	Riscos	0,56
DF	Despesas Financeiras	1,11
L	Lucro/Remuneração	5,11

Tributos	Tributos			
	ISS	Imposto Sobre Serviços		3,65
	C	COFINS	3,00	
	P	PIS	0,65	
	CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta		
BDI CALCULADO (%)			13,10%	

FÓRMULA DO BDI

A fórmula para cálculo da taxa a ser acrescida aos custos diretos de um empreendimento a título de Benefícios e Despesas Indiretas é:

$$BDI = \frac{(1 + (AC + S + R + G)) (1 + DF) (1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

Em que:

AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central; S + G = taxa representativa de seguros mais garantias;

R = taxa representativa de riscos;

DF = taxa representativa das despesas financeiras; L = taxa representativa do lucro/remuneração;

T = taxa representativa da incidência de tributo

ESTIMATIVA DE MATERIAIS

item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade total	valor unitário	valor total do item
1	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, seção nominal 1,5 mm²	metro	200	R\$ 1,07	R\$ 214,00
2	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, seção nominal 2,5 mm²	metro	1800	R\$ 1,50	R\$ 2.700,00
3	CABO HEPR PRETO 0,6/1KV 2 CONDUTORES 1,5mm2	metro	800	R\$ 2,27	R\$ 1.816,00
4	CABO EPROTENAXG7 PRYSMIAN 1KV 4 CONDUTORES 2,5mm2	metro	865	R\$ 14,54	R\$ 12.577,10
5	Cabo multipolar de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em hepr, cobertura em pvc-st2, antichama bwf-b, 0,6/1 kv, 3 condutores de 1,5 mm²	metro	135	R\$ 3,98	R\$ 537,30
6	Cabo pp cordplast 2 condutores 450/750v 2,50mm²	metro	1105	R\$ 4,99	R\$ 5.513,95
7	Caixa de sobrepor com suporte e placa p/ 1 módulos	unidade	10	R\$ 6,89	R\$ 68,90
8	Caixa de sobrepor com suporte e placa p/ 3 módulos	unidade	30	R\$ 7,72	R\$ 231,60
9	Disjuntor tipo DIN/IEC, monopolar de 6 a 32a	unidade	45	R\$ 15,59	R\$ 701,55
10	disjuntor tripolar 100 a, padrão din (linha branca), corrente de interrupção 65ka, ref.: siemens 3vf22 ou similar.	unidade	5	R\$ 193,29	R\$ 966,45
11	Fita adesiva silver tape 48mm x 50m	unidade	5	R\$ 34,12	R\$ 170,60
12	Fita isolante adesiva antichama, uso até 750 v, em rolo de 19 mm x 20 m	unidade	120	R\$ 4,00	R\$ 480,00
13	Grampo para fixar fio elétrico	unidade	20	R\$ 0,30	R\$ 6,00
14	interruptor simples + tomada 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + suporte + módulos)	unidade	5	R\$ 9,48	R\$ 47,40
15	Interruptor simples 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + un	unidade	150	R\$ 7,00	R\$ 1.050,00

	suporte + modulo)				
16	Interruptores simples (2 modulos) 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4"x 2" (placa + suporte + modulos)	unidade	50	R\$ 10,00	R\$ 500,00
17	Interruptores simples (3 modulos) 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4"x 2" (placa + suporte + modulos)	unidade	20	R\$ 10,09	R\$ 201,80
18	Lampada de led ultra 30w e-27	unidade	30	R\$ 7,89	R\$ 236,70
19	Lampada led 10 w bivolt branca, formato tradicional (base e27)	unidade	240	R\$ 4,47	R\$ 1.072,80
20	Lâmpada led 12w de potência, luz branca autovolt, e27, marca glight ou similar	unidade	30	R\$ 4,75	R\$ 142,50
21	Lâmpada led 15w de potência, luz branca autovolt, marca glight ou similar	unidade	700	R\$ 4,17	R\$ 2.919,00
22	Lampada led tubular bivolt 18/20 w, base g13	unidade	455	R\$ 7,03	R\$ 3.198,65
23	Luminária (calha) p/ lampada fluorescente 2 x 40w/tubular LED 18w a 20w	unidade	18	R\$ 69,64	R\$ 1.253,52
24	Plafon plastico branco com soquete E-27	unidade	300	R\$ 3,16	R\$ 948,00
25	Plug femea 2p + t	unidade	640	R\$ 2,89	R\$ 1.849,60
26	Plugue para tomada, tipo macho, 2p+t 10a	unidade	735	R\$ 3,53	R\$ 2.594,55
27	Soquete de pvc / termoplastico base e27, com rabicho, para lampadas	unidade	25	R\$ 2,32	R\$ 58,00
28	Suporte/soquete plastico antivibratorio para lampada fluorescente	unidade	80	R\$ 2,43	R\$ 194,40
29	Tomada 2p+t 10a, 250v (apenas modulo)	unidade	85	R\$ 5,61	R\$ 476,85
30	Tomada 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + suporte + modulo)	unidade	620	R\$ 6,13	R\$ 3.800,60
31	Tomadas (2 modulos) 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa+ suporte + modulos)	unidade	180	R\$ 8,19	R\$ 1.474,20
32	Canaleta plastica 20 x 10mm, sem divisória (ref. 308 02, Pial Legrand ou similar)	metro	400	R\$ 2,35	R\$ 940,00
33	Lâmpada de led bulbo 9w a60	unidade	80	R\$ 3,84	R\$ 307,20
34	Refletor Slim LED 100W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	unidade	40	R\$ 25,15	R\$ 1.006,00

<b>total estimado</b>			<b>R\$ 50.255,22</b>
<b>BDI</b>	<b>13,10%</b>		<b>R\$ 6.583,43</b>
<b>total (1º e 2º turnos)</b>			<b>R\$ 56.838,65</b>

### Estimativa de Materiais Eleições 2026 - Capital

item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade total	valor unitário	valor total do item
1	Cabo de cobre, flexivel, classe 4 ou 5, isolacao em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, secao nominal 1,5 mm²	metro	200	R\$ 1,07	R\$ 214,00
2	Cabo de cobre, flexivel, classe 4 ou 5, isolacao em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, secao nominal 2,5 mm²	metro	1000	R\$ 1,50	R\$ 1.500,00
3	CABO HEPR PRETO 0,6/1KV 2 CONDUTORES 1,5mm2	metro	800	R\$ 2,27	R\$ 1.816,00
4	CABO EPROTENAXG7 PRYSMIAN 1KV 4 CONDUTORES 2,5mm2	metro	865	R\$ 14,54	R\$ 12.577,10
5	Cabo multipolar de cobre, flexivel, classe 4 ou 5, isolacao em hepr, cobertura em pvc-st2, antichama bwf-b, 0,6/1 kv, 3 condutores de 1,5 mm²	metro	135	R\$ 3,98	R\$ 537,30
6	Cabo pp cordplast 2 condutores 450/750v 2,50mm²	metro	305	R\$ 4,99	R\$ 1.521,95
7	Caixa de sobrepor com suporte e placa p/ 1 modulos	unidade	10	R\$ 6,89	R\$ 68,90
8	Caixa de sobrepor com suporte e placa p/ 3 modulos	unidade	30	R\$ 7,72	R\$ 231,60

9	Disjuntor tipo DIN/IEC, monopolar de 6 ate 32a	unidade	5	R\$ 15,59	R\$ 77,95
10	disjuntor tripolar 100 a, padrão din (linha branca), corrente de interrupção 65ka, ref.: siemens 3vf22 ou similar.	unidade	5	R\$ 193,29	R\$ 966,45
11	Fita adesiva silver tape 48mm x 50m	unidade	5	R\$ 34,12	R\$ 170,60
12	Fita isolante adesiva antichama, uso ate 750 v, em rolo de 19 mm x 20 m	unidade	80	R\$ 4,00	R\$ 320,00
13	Grampo para fixar fio elétrico	unidade	20	R\$ 0,30	R\$ 6,00
14	interruptor simples + tomada 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + suporte + modulos)	unidade	5	R\$ 9,48	R\$ 47,40
15	Interruptor simples 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + un suporte + modulo)	unidade	50	R\$ 7,00	R\$ 350,00
16	Interruptores simples (2 modulos) 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4"x 2" (placa + suporte + modulos)	unidade	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00
17	Interruptores simples (3 modulos) 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4"x 2" (placa + suporte + modulos)	unidade	20	R\$ 10,09	R\$ 201,80
18	Lampada de led ultra 30w e-27	unidade	30	R\$ 7,89	R\$ 236,70
19	Lampada led 10 w bivolt branca, formato tradicional (base e27)	unidade	240	R\$ 4,47	R\$ 1.072,80
20	Lâmpada led 12w de potência, luz branca autovolt, e27, marca glight ou similar	unidade	30	R\$ 4,75	R\$ 142,50
21	Lâmpada led 15w de potência, luz branca autovolt, marca glight ou similar	unidade	700	R\$ 4,17	R\$ 2.919,00
22	Lampada led tubular bivolt 18/20 w, base g13	unidade	255	R\$ 7,03	R\$ 1.792,65
23	Luminária (calha) p/ lampada fluorescente 2 x 40w/tubular LED 18w a 20w	unidade	18	R\$ 69,64	R\$ 1.253,52
24	Plafon plastico branco com soquete E-27	unidade	180	R\$ 3,16	R\$ 568,80
25	Plug femea 2p + t	unidade	520	R\$ 2,89	R\$ 1.502,80
26	Plugue para tomada, tipo macho, 2p+t 10a	unidade	615	R\$ 3,53	R\$ 2.170,95
27	Soquete de pvc / termoplastico base e27, com rabicho, para lampadas	unidade	25	R\$ 2,32	R\$ 58,00
28	Suporte/soquete plastico antivibratorio para lampada fluorescente	unidade	80	R\$ 2,43	R\$ 194,40
29	Tomada 2p+t 10a, 250v (apenas modulo)	unidade	85	R\$ 5,61	R\$ 476,85
30	Tomada 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + suporte +modulo)	unidade	480	R\$ 6,13	R\$ 2.942,40
31	Tomadas (2 modulos) 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa+ suporte + modulos)	unidade	40	R\$ 8,19	R\$ 327,60

<b>subtotal</b>			<b>R\$ 36.366,02</b>		
<b>BDI</b>			<b>13,10%</b>		
			<b>R\$ 4.763,95</b>		
<b>total (1º e 2º turnos)</b>			<b>R\$ 41.129,97</b>		

#### Estimativa de Materiais Eleições 2026 - 154ª ZE

item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade total	valor unitário	valor total do item
2	Cabo de cobre, flexivel, classe 4 ou 5, isolacao em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, secao nominal 2,5 mm²	metro	200	R\$ 1,50	R\$ 300,00
6	Cabo pp cordplast 2 condutores 450/750v 2,50mm²	metro	200	R\$ 4,99	R\$ 998,00
32	Canaleta plastica 20 x 10mm, sem divisória (ref. 308 02, Pial Legrand ou similar)	metro	100	R\$ 2,35	R\$ 235,00
9	Disjuntor tipo DIN/IEC, monopolar de 6 ate 32a	unidade	10	R\$ 15,59	R\$ 155,90
12	Fita isolante adesiva antichama, uso ate 750 v, em rolo de 19 mm x 20 m	unidade	10	R\$ 4,00	R\$ 40,00
15	Interruptor simples 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + un suporte + modulo)	unidade	25	R\$ 7,00	R\$ 175,00
16	Interruptores simples (2 modulos) 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa +	unidade	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00





	450/750 v, secão nominal 2,5 mm²				
6	Cabo pp cordplast 2 condutores 450/750v 2,50mm²	metro	200	R\$ 4,99	R\$ 998,00
32	Canaleta plastica 20 x 10mm, sem divisória (ref. 308 02, Pial Legrand ou similar)	metro	100	R\$ 2,35	R\$ 235,00
9	Disjuntor tipo DIN/IEC, monopolar de 6 ate 32a	unidade	10	R\$ 15,59	R\$ 155,90
12	Fita isolante adesiva antichama, uso ate 750 v, em rolo de 19 mm x 20 m	unidade	10	R\$ 4,00	R\$ 40,00
15	Interruptor simples 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + un suporte + modulo)	unidade	25	R\$ 7,00	R\$ 175,00
16	Interruptores simples (2 modulos) 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4"x 2" (placa + suporte + modulos)	unidade	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00
33	Lâmpada de led bulbo 9w a60	unidade	20	R\$ 3,84	R\$ 76,80
22	Lampada led tubular bivolt 18/20 w, base g13	unidade	50	R\$ 7,03	R\$ 351,50
24	Plafon plastico branco com soquete E-27	unidade	30	R\$ 3,16	R\$ 94,80
25	Plug femea 2p + t	unidade	30	R\$ 2,89	R\$ 86,70
26	Plugue para tomada, tipo macho, 2p+t 10a	unidade	30	R\$ 3,53	R\$ 105,90
34	Refletor Slim LED 100W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	unidade	10	R\$ 25,15	R\$ 251,50
30	Tomada 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + suporte + modulo)	unidade	35	R\$ 6,13	R\$ 214,55
31	Tomadas (2 modulos) 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa+ suporte + modulos)	unidade	35	R\$ 8,19	R\$ 286,65

<b>subtotal</b>		<b>R\$ 3.472,30</b>
<b>BDI</b>	<b>13,10%</b>	<b>R\$ 454,87</b>
<b>total (1º e 2º turnos)</b>		<b>R\$ 3.927,17</b>

#### Estimativa de Materiais Eleições 2026 - 157ª ZE

item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade total	valor unitário	valor total do item
2	Cabo de cobre, flexivel, classe 4 ou 5, isolacao em pvc/a, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, secão nominal 2,5 mm²	metro	200	R\$ 1,50	R\$ 300,00
6	Cabo pp cordplast 2 condutores 450/750v 2,50mm²	metro	200	R\$ 4,99	R\$ 998,00
32	Canaleta plastica 20 x 10mm, sem divisória (ref. 308 02, Pial Legrand ou similar)	metro	100	R\$ 2,35	R\$ 235,00
9	Disjuntor tipo DIN/IEC, monopolar de 6 ate 32a	unidade	10	R\$ 15,59	R\$ 155,90
12	Fita isolante adesiva antichama, uso ate 750 v, em rolo de 19 mm x 20 m	unidade	10	R\$ 4,00	R\$ 40,00
15	Interruptor simples 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + un suporte + modulo)	unidade	25	R\$ 7,00	R\$ 175,00
16	Interruptores simples (2 modulos) 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4"x 2" (placa + suporte + modulos)	unidade	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00
33	Lâmpada de led bulbo 9w a60	unidade	20	R\$ 3,84	R\$ 76,80
22	Lampada led tubular bivolt 18/20 w, base g13	unidade	50	R\$ 7,03	R\$ 351,50
24	Plafon plastico branco com soquete E-27	unidade	30	R\$ 3,16	R\$ 94,80
25	Plug femea 2p + t	unidade	30	R\$ 2,89	R\$ 86,70
26	Plugue para tomada, tipo macho, 2p+t 10a	unidade	30	R\$ 3,53	R\$ 105,90
34	Refletor Slim LED 100W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	unidade	10	R\$ 25,15	R\$ 251,50
30	Tomada 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa + suporte + modulo)	unidade	35	R\$ 6,13	R\$ 214,55

31	Tomadas (2 modulos) 2p+t 10a, 250v, conjunto montado para embutir 4" x 2" (placa+ suporte + modulos)	unidade	35	R\$ 8,19	R\$ 286,65

subtotal				R\$ 3.472,30	
BDI				13,10%	
				R\$ 454,87	
total (1º e 2º turnos)				R\$ 3.927,17	

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

ANEXO III

PROPOSTA-PADRÃO

PROPOSTA	PADRÃO	DE	PREÇO	PARA	SERVIÇO	DE
.....						
FIRMA	OU				DENOMINAÇÃO:	
.....						
CNPJ/MF						N.º:
.....						
ENDEREÇO:						
.....						
TEL.:	.....	MUNICÍPIO:	.....			E-MAIL:
.....						

ITENS	1º TURNO		2º TURNO		VALORES TOTAIS		
ITEM 1 - POLO 1 Salvador	Quant.	Quant.	Quant.	Quant.	Total		
	Eletricista	Supervisor	Eletricista	Supervisor	Eletricistas + Supervisor	Materiais	Total final
	38	1	38	1	R\$	R\$	R\$
ITEM 2 - POLO 10 Feira de Santana	Quant.	Quant.	Quant.	Quant.	Total		
	Eletricista	Supervisor	Eletricista	Supervisor	Eletricistas + Supervisor	Materiais	Total final
	9	1	9	1	R\$	R\$	RS

ITEM 1 - SALVADOR

ELETRICISTA Valor Hora R\$ SINAPI 1/2026	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
					44	8	12		16	8	12	
		NORMAL	70%	110%								

SUPERVISOR Valor Hora R\$ SINAPI 1/2026	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
					44	8	12		16	8	12	
		NORMAL	70%	110%								

1º TURNO	38	Eletricistas			
	1	Supervisor			

2º TURNO	38	Eletricistas			
	1	Supervisor			

## ITEM 2 - FEIRA DE SANTANA

LETRICISTA Valor Hora R\$ SINAPI 1/2026	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
		NORMAL	70%	110%	44	8	12		16	8	12	

SUPERVISOR Valor Hora R\$ SINAPI 1/2026	BDI	VALOR HORA SEMANAL	VALOR HORA EXTRA SÁBADO	VALOR HORA DOMINGO	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 1º TURNO			TOTAL	QUANTIDADE DE HORAS CONTRATADAS - 2º TURNO			TOTAL
					NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%		NORMAL	ADICIONAL 70%	ADICIONAL 110%	
		NORMAL	70%	110%	44	8	12		16	8	12	

1º TURNO	9	Eletricistas			
	1	Supervisor			

2º TURNO	9	Eletricistas			
	1	Supervisor			

TOTAL

Salvador, ..... de..... de 2026

Representante legal da empresa

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90020/2026  
ANEXO IVMINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS, MEDIANTE ALOCAÇÃO E GESTÃO DE POSTOS DE TRABALHO PARA FUNÇÕES DE ELETRICISTA E SUPERVISOR, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS CIRCUITOS DE TOMADAS ELÉTRICAS E ILUMINAÇÃO, INCLUINDO A INSTALAÇÃO DE RABICHOS E EXTENSÕES NOS LOCAIS DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO DAS ZONAS ELEITORAIS DA CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA E ZONAS DE FEIRA DE SANTANA, VISANDO À REALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES DE 2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, E A EMPRESA .....**

CONTRATO N.º 00/20XX

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º **05.967.350/0001-45**, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por sua Diretora-Geral, ....., no uso da competência que lhe é atribuída pelo Regulamento Interno da Secretaria do TRE-BA, e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **XXXXXXXXXXXX**, com sede na Rua **XXXXXXXXXXXX**, CEP: **XXXXXXXXXXXX**, telefone nº (XX) **XXXXXXXXXXXX**, e-mail **XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **Contratada**, representada neste ato pelo Sr. **XXXXXXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração juntada aos

autos, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS, MEDIANTE ALOCAÇÃO E GESTÃO DE POSTOS DE TRABALHO PARA FUNÇÕES DE ELETRICISTA E SUPERVISOR, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS CIRCUITOS DE TOMADAS ELÉTRICAS E ILUMINAÇÃO, INCLUINDO A INSTALAÇÃO DE RABICHOS E EXTENSÕES NOS LOCAIS DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO DAS ZONAS ELEITORAIS DA CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA E ZONAS DE FEIRA DE SANTANA, VISANDO À REALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES DE 2026**, albergado na Lei nº 14.133/2021, resultante do **Pregão n.º 90020/2026**, consoante Processo (SEI) n.º 0004545-20.2026.6.05.8000.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços elétricos, mediante alocação e gestão de postos de trabalho para funções de eletricista e supervisor, com fornecimento de material de consumo para manutenção corretiva dos circuitos de tomadas elétricas e iluminação, incluindo a instalação de rabichos e extensões nos locais de votação e apuração das Zonas Eleitorais da capital do estado da Bahia e Zonas de Feira de Santana, visando à realização das Eleições de 2026, conforme as condições estabelecidas no Edital de Pregão nº 90020/2026 e na proposta firmada pela Contratada.

2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.1. o Termo de Referência;
- 2.2. o Edital da Licitação;
- 2.3. a Proposta da Contratada;
- 2.4. eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL**

##### **INSERIR TABELA COM ITENS CORRESPONDENTES**

1. O valor total do presente contrato é de R\$ XXX,00 (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

2. O valor acima referido inclui todos os custos diretos e indiretos, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à Contratada qualquer outro pagamento resultante da execução deste ajuste.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1. A despesa correrá à conta do elemento **xxxx. "xxxxxxxx"**, vinculado à Ação **xxxxxxx- "xxxxxxxx"**, do Programa "Gestão do Processo Eleitoral".

2. Para a cobertura das despesas, foi emitida a Nota de Empenho nº **20XXNEXXXX**, em **xx** de **xxxxxxxxxx** de 20XX.

#### **CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E GESTÃO CONTRATUAL**

1. O **regime de execução contratual**, os **modelos de gestão e de execução do serviço**, bem como os prazos e condições de **conclusão, entrega e recebimento do objeto**, constam no Termo de Referência, Anexo I do Edital, que passa a integrar este instrumento contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

1. A Contratante obriga-se a:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes dos instrumentos convocatório e contratual;
- d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) determinar a reparação, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente contrato, no Termo de Referência e na legislação vigente:

- a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste contrato, assim como com as características descritas na proposta;
- b) atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor;
- d) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;
- e) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;

f) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;

g) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato;

h) abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, bem como de membros ou juízes vinculados ao TRE-BA, durante a vigência do contrato;

i) prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

1. A liquidação da despesa e o pagamento serão efetuados na forma e prazo estabelecidos no Termo de Referência, Anexo deste Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA**

1. A vigência do Contrato será contada a partir de sua assinatura até o dia 19/12/2026.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

1. De acordo com o § 4º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ficará **IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, **PELO PRAZO MÁXIMO DE 3 (TRÊS) ANOS**, sem prejuízo de eventual multa prevista no edital, contrato ou termo de referência, a **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave prevista **no item 2 abaixo**, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) dar causa à inexecução total do contrato.

2. De acordo com o § 5º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será **DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR E CONTRATAR** com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **PELO PRAZO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) ANOS E MÁXIMO DE 6 (SEIS) ANOS**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, bem como de eventual sanção de multa prevista no edital, contrato, termo de referência, a **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- b) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**2.1.** Para os fins da **alínea “c”**, reputar-se-á como comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, tais como ação em conluio ou em desconformidade com a lei, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

3. De acordo com o § 2º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será aplicada a sanção de ADVERTÊNCIA exclusivamente aos casos de inexecução parcial, desde que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

4. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência (Anexo a este Contrato), penalidade que poderá ser imputada cumulativamente às sanções estabelecidas nos itens 1, 2 e 3 acima.

5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, ressalvada a hipótese de convocação de licitante remanescente na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei 14.133/2021.

6. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido nos artigos. 156 a 163 da Lei 14.133/2021, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE-BA.

7. A Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE/BA.

8. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

9. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nos **itens 7 e 8 acima**, será a Contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, por meio de Guia de Recolhimento da União- GRU, no prazo de 30 dias, contados do recebimento da intimação.

10. As situações mencionadas nos incisos I a IV e IX do art. 137 da Lei 14.133/2021, podem ensejar, a critério da Administração, a extinção do contrato.

11. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA,

sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos nos arts.166 e 167 da Lei 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua extinção, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das penalidades aqui estabelecidas.

2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DIVULGAÇÃO**

1. A divulgação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a sua eficácia e de seus aditamentos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

1. Em observância ao disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a Contratada compromete-se juntamente com este Tribunal a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução do objeto, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

2. A Contratada, sempre que necessário, dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata o presente item.

3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos - devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso da execução contratual e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de um dia útil da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

5. A critério do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

6. Sem prejuízo de observância às demais disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), as informações produzidas ou custodiadas por este Tribunal devem ser tratadas em função do seu grau de confidencialidade, criticidade e temporalidade, garantindo-se a sua integridade, autenticidade, disponibilidade e a cadeia de custódia dos documentos.

7. Serão protegidas quanto à confidencialidade as informações classificadas e as que possuem sigilo, observando-se o disposto na LAI e na LGPD, na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, na Resolução CNJ nº 396, de 07 de junho de 2021, na Resolução TSE nº 23.644, de 1º de junho de 2021, na Portaria da Presidência do TRE-BA nº 405, de 17 de agosto de 2021 e, subsidiariamente, no Decreto nº 15.572/2025, sem prejuízo da observância de outros normativos que regem a matéria.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

1. O presente Contrato é celebrado de acordo com as normas contidas na Lei 14.133/2021, tendo por base as condições estabelecidas no Pregão n.º 90020/2026 e os termos da proposta apresentada pela Contratada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do Estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, xx de xxxxxxxx de 20XX.

---

**Diretora-Geral do TRE-BA**

---

**CONTRATADA**





Documento assinado eletronicamente por **Arthur Ribeiro Rocha, Agente de Contratação/Pregoeiro**, em 15/05/2026, às 10:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3878981** e o código CRC **7576FCAA**.

0004545-20.2026.6.05.8000

3878981v5